

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

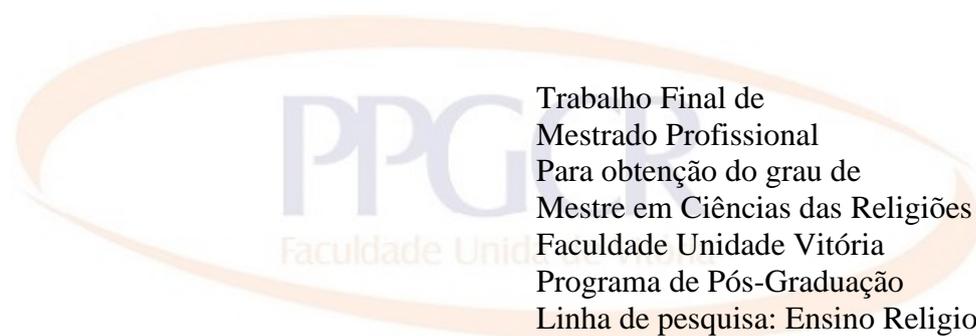
ISABEL CRISTINA BOECHAT ROHEM

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO PARA A APRENDIZAGEM DO ENSINO RELIGIOSO



ISABEL CRISTINA BOECHAT ROHEM

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO PARA A APRENDIZAGEM DO ENSINO RELIGIOSO



Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões
Faculdade Unid. Vitória
Programa de Pós-Graduação
Linha de pesquisa: Ensino Religioso Escolar

Orientador: Dr. Kenner Roger Cazotto Terra

Vitória - ES

2020

Rohem, Isabel Cristina Boechat

A importância do lúdico para a aprendizagem do ensino religioso / Isabel Cristina Boechat Rohem. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2020.

vii, 89 f. ; 31 cm.

Orientador: Kenner Roger Cazotto Terra

Dissertação (mestrado) – UNIDA Faculdade Unida de Vitória, 2020.

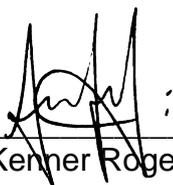
Referências bibliográficas: f. 84-89

1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso escolar. 3. Lúdico.
4. Educação. 5. Aprendizagem. - Tese. I. Isabel Cristina Boechat Rohem.
- II. Faculdade Unida de Vitória, 2020. III. Título.

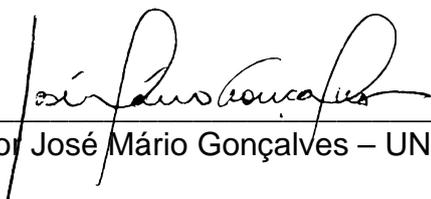
ISABEL CRISTINA BOECHAT ROHEM

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO PARA A APRENDIZAGEM DO ENSINO RELIGIOSO

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões no Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória.



Doutor Kenner Roger Cazotto Terra – UNIDA (presidente)



Doutor José Mário Gonçalves – UNIDA



Doutora Eliane Maura Littig Milhomem de Freitas – CONERES

RESUMO

O presente trabalho traz como tema a importância do lúdico para a aprendizagem do Ensino Religioso e sua proposta visa apresentar o Ensino Religioso a partir de uma nova perspectiva, promovendo a inserção do lúdico no contexto das salas de aulas, deixando de evidenciar o rigor das aulas tradicionais de Ensino Religioso, desenvolvendo uma proposta lúdica. Dessa forma tende a ocorrer uma preocupação maior de valorização da diversidade das manifestações religiosas possibilitando que as atividades lúdicas sejam agregadas às aulas, tornando-as mais atraentes e interativas. A pesquisa tem por objetivo investigar a importância do Ensino Religioso nas escolas por meio de metodologias lúdicas, buscando compreender e questionar a importância dessas atividades para o processo de ensino e aprendizagem. A elaboração e desenvolvimento do trabalho fez-se a partir de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida por meio de uma abordagem descritiva e caráter qualitativo. A proposta de trabalho terá como suporte teórico as teorias, conceitos de obras científicas de renome, a fim de entender os pontos favoráveis de se inserir o lúdico como proposta pedagógica diferencial. Em suma, entende-se que o texto religioso, a exemplo das outras representações, procura entender as necessidades do indivíduo por meio de uma linguagem simbólica, metafórica, e os textos sagrados quando apresentados de forma lúdica podem funcionar como condução da teoria à prática dentro da disciplina no Ensino Religioso.

Palavras-chave: Ensino Religioso; Lúdico; Educação.



ABSTRACT

The present work has as its theme the importance of playfulness for the learning of Religious Education and its proposal aims to present Religious Education from a new perspective, promoting the insertion of playfulness in the context of classrooms, failing to show the rigor of the classes. Traditional Religious Education, developing a playful proposal. Thus, there tends to be a greater concern for valuing the diversity of religious manifestations, allowing ludic activities to be added to classes, making them more attractive and interactive. The research aims to investigate the importance of Religious Education in schools through playful methodologies, seeking to understand and question the importance of these activities for the teaching and learning process. The elaboration and development of the work was based on a bibliographic research developed through a descriptive and qualitative approach. The work proposal will have as theoretical support the theories, concepts of renowned scientific works, in order to understand the favorable points of inserting the ludic as a differential pedagogical proposal. In short, it is understood that the religious text, like other representations, seeks to understand the needs of the individual through a symbolic, metaphorical language, and the sacred texts when presented in a playful way can function as the conduction of theory to practice within of discipline in Religious Education.

Keywords: Religious Education; Ludic; Education.



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mandala dos símbolos.....	69
Figura 2: Jogo da memória dos símbolos	70
Figura 3: Jogo da memória de lugares sagrados pelo mundo.....	70
Figura 4: Dominó dos Símbolos Religiosos	72
Figura 5: Esquema dos jogos do Oráculo, do Dominó e o da Memória.....	73
Figura 6: Jogo da memória de símbolos religiosos	76
Figura 7: Dominó dos líderes religiosos.....	77
Figura 8: Exercícios com interpretação de texto de Ensino Religioso	78
Figura 9: Atividade da Árvore.....	79



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NAS ATIVIDADES ESCOLARES	12
1.1 O Lúdico e as atividades escolares	13
1.2 A evolução histórica do lúdico na educação brasileira	22
1.3 A didática do Ensino Religioso	25
2 RELIGIÃO COMO EXPERIÊNCIA LÚDICA	34
2.1 Proposta tradicional do Ensino Religioso.....	40
2.2 A relevância do lúdico na didática do Ensino Religioso	53
2.3 A ludicidade da religião.....	57
3 O LÚDICO E O ENSINO RELIGIOSO	62
3.1 Contribuição das teorias do lúdico na aprendizagem do Ensino Religioso.....	64
3.2 Contribuições possíveis	67
3.3 Estratégias para aplicação do lúdico no Ensino Religioso	68
CONCLUSÃO.....	81
REFERÊNCIAS	84



INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta apresentar a disciplina de Ensino Religioso com uma nova perspectiva inserindo a prática do lúdico em sala de aula, deixando de evidenciar o rigor das aulas de Ensino Religioso tradicional partindo para uma proposta lúdica. Desta forma ocorrerá uma preocupação maior em valorizar a diversidade das manifestações religiosas possibilitando agregar atividades lúdicas tornando as aulas mais atraentes e interativas.

Sendo o Ensino Religioso facultativo para os discentes em período escolar, a compreensão de sua natureza e a estrutura metodológica realizada em atividades, principalmente lúdicas, tal qual a necessidade de investigação e pesquisa da área religiosa incluindo a diversidade analisada amplamente têm sido algumas das incitações do Ensino Religioso para consolidar-se como área de conhecimento, como forma de transmissão ou desenvolvimento de valores, moral e ética, sendo, também, ao mesmo tempo resposta para questões existenciais e afetivas. Diante desse contexto levanta-se o seguinte questionamento: seria o Ensino Religioso um espaço privilegiado para a aplicação das teorias do lúdico, e como estas poderiam contribuir para o Ensino Religioso nas escolas?

Ao lado de outros campos de saber o Ensino Religioso pode ampliar a visão acerca da realidade possibilitando debatê-la, principalmente ao assumir uma metodologia pautada na ludicidade e interdisciplinaridade. Portanto, torna-se relevante a promoção de reflexões a fim de viabilizar uma proposta de Ensino Religioso como um espaço para pensar o ser humano, numa abordagem fenomenológica que observe as diversas manifestações religiosas de forma lúdica e cultural.

Em suma, entende-se que os textos de cunho religioso, a exemplo das outras representações, procuram entender as necessidades do indivíduo por meio de uma linguagem simbólica, metafórica e que os textos sagrados quando apresentados de forma lúdica podem funcionar como condução da teoria à prática dentro da disciplina no Ensino Religioso.

O presente trabalho justifica-se na importância de se propor o desenvolvimento de atividades lúdicas no Ensino Religioso em âmbito escolar. Desta forma, poder-se inserir na nova perspectiva uma abordagem do Ensino Religioso face ao desenvolvimento de projetos tendo por base as diretrizes norteadoras do campo da educação. Vale ressaltar que essa nova proposta também implica diretamente no profissional da educação, pois a nova proposta visa criar na escola um ambiente que permite a prática do lúdico, possibilitando a propositura de atividades que permitam a reflexão e com isso a inserção de termos que abordam o cotidiano

dos alunos, possibilitando assim a transformação social do meio no qual encontram-se inseridos.

Diante da evolução constante da sociedade, é importante compreender o processo histórico, pois a religião sempre esteve e sempre estará presente em todos os setores da sociedade. Neste contexto, cabe inserir a proposta do lúdico como instrumento de mediação pedagógica para atender as demandas que a nova clientela exige, visto que a globalização possibilita que as informações se disseminem de maneira quase que espontânea, com isso os conteúdos curriculares, assim como o Ensino Religioso necessitam sofrer mudanças pra conseguir tangenciar esses novos alunos.

E a escola ao desenvolver de modo lúdico o Ensino Religioso deve desenvolver sua função social, abordando e debatendo assuntos relevantes que afligem a comunidade na qual os alunos estão inseridos, com perspectiva de refletir para mudar o contexto social é que se faz necessário repensar o modelo atual de Ensino Religioso nas escolas.

O trabalho teve como objetivo geral compreender a importância das atividades lúdicas para o processo de ensino e aprendizagem do Ensino Religioso no âmbito escolar. Como objetivos específicos buscou-se analisar a importância do lúdico nas atividades escolares, destacando a evolução histórica do lúdico e a didática do Ensino Religioso, examinar a religião como experiência lúdica e identificar a dinâmica do lúdico e do Ensino Religioso com enfoque no modelo de Ensino Religioso brasileiro e as contribuições do lúdico nele.

A presente pesquisa teve como aporte teórico as teorias, conceitos de obras científicas de renomes, a fim de entender os pontos favoráveis de se inserir o lúdico como proposta pedagógica diferencial. Em face as mudanças no cenário da Educação a partir de 1980, até o Ensino Religioso foi fortemente influenciado, pois há muito tempo que sua proposta deixa de ser confessional ou interconfessional para ter suas matrículas como facultativa em um Estado laico. Diante deste desse novo cenário cabe propor uma reflexão em face da proposta do Ensino Religioso e a pluralidade de pensamentos.

É notório e necessário olhar sob um novo prisma as questões que envolvam o Ensino Religioso. Com isso diversos fatores devem ser considerados, o conhecimento de mundo dos alunos, suas inter-relações sociais, econômicas e suas concepções religiosas visando e focando o respeito ao novo e diferente. Com isso, é relevante o papel dos professores, coordenadores e gestores nesse processo, pois esses elementos possuem uma função importantíssima na construção das relações sociais e culturais respeitando os direitos humanos valorizando assim as diversidades sejam elas quais forem.

Segundo Vygotsky para que o processo de aprendizagem do discente se efetive faz-se necessária a figura do professor como mediador, o qual tem como missão criar um ambiente adequado, acolhedor e democrático a fim de que as inter-relações ocorram de forma lúdica e proveitosa para que o aprendizado se desenvolva de forma agradável e prazerosa.¹ Cabe ressaltar que sua teoria² faz parte do pressuposto de que as características do indivíduo vão sendo formadas a partir das constantes interações com o meio, compreendido como mundo físico e social que abrange a dimensão interpessoal e cultural. Assim, o ser humano ao mesmo tempo em que adota as formas culturais, as modifica e insere em seu meio, tornando, portanto, uma relação de diálogo de sentidos.

As ideias de Vygotsky são também compartilhadas por Perini quando afirmam que a criança está sempre brincando, visto que na infância somos seres lúdicos, nesse contexto, o ambiente mais benéfico para este o educacional ocorrer, é no pátio e com o contato com a natureza por meio de passeios, jogos, teatro, música e arte, no qual se reconhecem o religioso, o social e o educacional.³

Sob essa perspectiva da aplicação dos jogos para aguçar valores e consolidar comportamentos positivos, percebe-se que tanto Perini como Vygotsky tinham compreensão disso, e entendiam a vantagem e a eficácia de se educar por meio de atividades prazerosas e espontâneas, ao invés de usar de mecanismos repressivos.

O método educativo utilizado por Perini apontou formas de adquirir meios para desenvolver habilidades a partir da percepção do uso do lúdico para alcançar o propósito de educar por meio da experiência religiosa sendo referência para os que objetivam formar crianças e jovens, através do uso de jogos e atividades lúdicas.

No primeiro capítulo buscou-se discutir a importância do lúdico nas atividades escolares, sua evolução histórica na educação brasileira, colocando em evidência os autores e teorias que ajudaram a esclarecer a dinâmica da didática do Ensino Religioso. Já no segundo capítulo as pesquisas visaram compreender a religião como experiência lúdica, aprofundando o conhecimento acerca da relevância do lúdico na didática do Ensino Religioso.

O terceiro capítulo do trabalho será desenvolvido a partir de uma análise aprofundada da religião como experiência lúdica, promovendo-se uma identificação da dinâmica apresentada pelo lúdico e pelo Ensino Religioso, desenvolvendo-se um maior

¹ VYGOSTKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes. 1998. p. 27.

² Segundo Vygotsky, o desenvolvimento cognitivo do aluno se dá por meio da interação social, ou seja, de sua interação com outros indivíduos e com o meio. A aprendizagem é uma experiência social, a qual é mediada pela interação entre a linguagem e a ação.

³ PERINI, João Carlos. *Dom Bosco e os jogos*. São Paulo: D.B. 2012. p. 92.

conhecimento quanto ao modelo de Ensino Religioso brasileiro e as contribuições que o lúdico pode proporcionar a ele.

A pesquisa apresenta caráter exploratório com o intuito de explicitar com a junção de dados pesquisados e observação do diálogo dos autores. A captação de dados para o trabalho no que tange ao Ensino Religioso com uma nova perspectiva inserindo a prática do lúdico em sala de aula deu-se por meio de pesquisas em livros, teses, revistas, monografias, dados públicos, jornais, propagandas, jurisprudências, sentenças, leis, projeto de leis, ou seja, principalmente a legislação brasileira e livros religiosos pertencentes às suas respectivas religiões. A pesquisa bibliográfica baseou-se em uma análise exploratória do assunto a partir de tópicos teóricos e fornecimento de meios já conhecidas para a solução de problemas.



1 A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NAS ATIVIDADES ESCOLARES

Este capítulo tem como base uma discussão quanto à importância do lúdico nas atividades escolares, sua evolução histórica na educação brasileira, evidenciando as ideias que mais propiciam o esclarecimento didática do Ensino Religioso. No contexto contemporâneo, o Ensino Religioso compõe a grade curricular do ensino fundamental por força do artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o que pode ser observado sob duas óticas. Inicialmente é possível destacar seu caráter obrigatório à medida que deve estar presente na grade curricular acadêmica, e de outro lado observa-se a faculdade que o aluno dispõe em cursar a disciplina.

O Ensino Religioso não se trata de ensino catequético, trata-se na realidade de uma disciplina que atua na formação de caráter social do discente, dessa forma, fazer com o que aluno assimile o conteúdo de modo prático torna a desenvoltura da disciplina mais eficiente para o alcance de seus objetivos. Na verdade, essa disciplina busca construir, por meio do estudo dos conhecimentos religiosos e das filosofias de vida, atitudes de reconhecimento e respeito às alteridades.

É de fato, um espaço para aprendizados e experiências educativas, através de diálogos, conhecimento das várias entidades culturais, podendo estas serem religiosas ou não, entender acerca dos direitos humanos, que são fundamentais nesse assunto e, sobre questões de paz. Tais escopos, se unem aos elementos da formação integral dos alunos, uma vez que, nutrem a aprendizagem da convivência democrática e cidadã, princípio básico à vida em sociedade.⁴

O lúdico, pelos dizeres de Bemvenuti, tem-se que o lúdico é eminentemente educativo no sentido em que constitui a força impulsora de nossa curiosidade a respeito do mundo e da vida, o princípio de toda descoberta e toda criação, a partir do pressuposto de que por meio dele se torna possível que o educando alcance interação com os conteúdos que estão sendo trabalhados pelo professor.⁵ Funcionando nesse contexto, como um instrumento que vai tornar o ensino-aprendizagem uma atividade prazerosa, conforme ensinamentos de Silva.⁶

O brincar faz parte da infância, e por meio deste possibilita um repertório de desenvolvimentos, tanto na esfera cognitiva, quanto na social, biológico, motor e afetiva.⁷

⁴ BRASIL, 2017.

⁵ BEMVENUTI, Alice (org.). *O lúdico na prática pedagógica*. Curitiba: Ibpex. 2013. p. 27.

⁶ SILVA, A. P. *A importância dos jogos / brincadeiras para a aprendizagem dos esportes nas aulas de educação física*. Trabalho de conclusão de curso de especialização. Universidade de Brasília. São Luís. 2007, p. 22.

⁷ MALAQUIAS, S. M.; RIBEIRO, S. S. A Importância do Lúdico no Processo de Ensino-Aprendizagem no Desenvolvimento da Infância. *Psicologado*, [S.l.]. 2013. p. 6.

Além de encontrar prazer e satisfação, jogando a criança se socializa e aprende, além de poder reproduzir sua realidade por meio da imaginação, expressando assim suas angústias e dificuldades, o que tornar-se-ia difícil exclusivamente por palavras.⁸

A ludicidade é um grande laboratório para o desenvolvimento integral do aluno, que merece atenção dos pais e dos educadores, pois é partir das brincadeiras que a criança descobre a si mesmo e o outro, além de ser um elemento significativo e indispensável para que a criança possa aprender com prazer, funcionando como exercícios úteis e necessários à vida.⁹

A descoberta de novas formas de ensinar e de aprendizado são um desafio motivador, principalmente no que se refere ao desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos, em especial nas aulas de Ensino Religioso.¹⁰ É importante salientar que a educação não deve se limitar ao repasse de conteúdos, mas sim, proporcionar ao discente a possibilidade de se conscientizar de si mesmo, dos outros e da sociedade que o cerca, oferecendo a eles todas e quaisquer ferramentas a fim de que possa escolher entre todos os caminhos, o que melhor lhe convier com seus valores, sua perspectiva do mundo e suas circunstâncias.

Para um maior aprofundamento quanto à temática apresenta-se fundamental compreender o lúdico e sua relação com as atividades escolares, visto ser de grande relevância oferecer à criança um ambiente agradável, no qual ela se sinta bem à vontade, uma vez que a criança deverá se sentir como um integrante do meio em que está inserida.

1.1 O Lúdico e as atividades escolares

O lúdico é parte integrante do mundo infantil da vida de todo ser humano, os jogos e brinquedos fazem parte da infância das crianças, na qual a realidade e o faz de conta intercalam-se.¹¹ O olhar sobre o lúdico não deve ser visto apenas como diversão, mas sim, de grande importância no processo de ensino-aprendizagem na fase da infância.

Segundo Santos, ao pesquisar a definição de lúdico deparou-se com informações que estão vinculadas ou que tem o caráter de jogo, brinquedo, brincadeira e divertimento.¹² A

⁸ MALAQUIAS; RIBEIRO. 2013, p. 6.

⁹ MALAQUIAS; RIBEIRO, 2013, p. 6.

¹⁰ SANTOS, S. M. P.; CRUZ, D. R. M. O lúdico na formação do educador. In. SANTOS, Santa Marli Pires (Org.). *O lúdico na formação do educador*. 3.ed. Petrópolis: Vozes. 1999. p. 11

¹¹ SANTOS; CRUZ. 1999, p. 11.

¹² SANTOS, E. C. *Dimensão lúdica e arquitetura: o exemplo de uma escola de educação infantil na cidade de Uberlândia*. 2011. 363 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

brincadeira pertence basicamente ao ato de brincar, à descontração de uma atividade não-organizada. O brinquedo é empregado para caracterizar o sentido de objeto de brincar; o jogo é assimilado como brincadeira que inclui regras e, divertimento e entretenimento. Nesse sentido esclarece Santos que:

Existe uma grande variedade de jogos e de fenômenos considerados como jogo, revelando assim a complexidade da tarefa de defini-lo. Essa complexidade aumenta quando se verifica que um mesmo comportamento pode ser tomado como jogo ou não-jogo em diferentes culturas, dependendo do significado a ele atribuído.¹³

De acordo com Brougère, o termo jogo pode ter três níveis de sentido. O primeiro inclui o jogo como parte de um sistema linguístico, que tem suas convicções relacionadas ao contexto social no qual está inserido, podendo assim, atribuir-se de diversas de significações de acordo com os valores e o modo de vida dessa sociedade.¹⁴ O segundo nível de discriminação do jogo mostra um sistema de regras determinado por estruturas sequenciais que classificam seu gênero, como em um jogo de baralho, por exemplo, em que, com o mesmo número de cartas pode-se ter diversos tipos de jogos com restrições diferentes.¹⁵ Já no terceiro nível o que se leva em conta é o material que consiste o jogo, o objeto que o materializa, tal como, por exemplo, o jogo de xadrez, que é formado por um tabuleiro e um conjunto de peças que possibilitam jogar segundo o sistema de regras do jogo.¹⁶

O termo brinquedo pode ser associado ao terceiro nível de significação, entretanto, Brougère sugere uma distinção entre objetos que habitualmente são qualificados como jogo e outros como brinquedos.¹⁷ Tal terminologia é bem categórica e não se materializa como jogo, ou seja, sua aplicação não exige regras.¹⁸ Uma vez quanto utilizados por uma criança tende a gerar uma relação de intimidade; já no caso dos adultos, promove a estimulação do imaginário, pois está associado à ideia de infância, em qualquer contexto cultural.¹⁹ Dessa forma, o brinquedo distingue-se do jogo e da brincadeira, já que estes arremetem a ação de brincar, conseqüentemente o típico ato lúdico.²⁰ Nesse mesmo sentido Brougère esclarece que:

Por conseguinte, o brinquedo não é a materialização de um jogo, mas uma imagem que evoca um aspecto da realidade e que o jogador pode manipular conforme sua vontade. Os jogos enquanto material, ao contrário, implicam de maneira explícita

¹³ SANTOS. 2011, p. 56.

¹⁴ BROUÈRE, G. *Jogo e educação*. Ramos. Porto Alegre: Artes médicas, 1998. p. 13.

¹⁵ BROUÈRE, 1998, p. 13.

¹⁶ BROUÈRE, 1998, p. 13.

¹⁷ BROUÈRE, 1998, p. 14.

¹⁸ BROUÈRE, 1998, p. 14.

¹⁹ BROUÈRE, 1998, p. 14.

²⁰ BROUÈRE, 1998, p. 15.

um uso lúdico que assume frequentemente a forma de uma regra (jogos de sociedade) ou de uma restrição interna ao material (jogo de habilidade, jogo de construção) que constituem uma estrutura preexistente ao material.²¹

Segundo Mantilla a definição de lúdico é muito vasta, ultrapassando os limites das brincadeiras e dos jogos, transformando-se em uma referência do progresso humano.²² O lúdico pode ser vinculado à necessidade básica do corpo e da mente, de forma que toda atividade que contém ludicidade é realizada voluntariamente, carecendo apenas de decisão própria.²³ No mesmo sentido Mantilla orienta que:

O termo refere-se à necessidade humana de sentir, expressar, comunicar e produzir emoções primárias (rir, gritar, chorar, gozar) orientadas ao entretenimento, diversão e lazer. Se aceitarmos essa definição, será entendido que a diversão tem um número ilimitado de formas, meios e satisfações.²⁴

Segundo Mantilla a variação de cores, formas, linhas e escalas favorecem a criação de novos espaços cheios de estímulos sensoriais e visuais.²⁵ O lúdico está envolvido com o próprio sentido de viver e com o imaginário do homem, logo é importante que as atividades lúdicas se façam presentes do período da infância até a idade adulta, facilitando o aprendizado e apresentando-se como um processo constante na vida de toda a população.²⁶

Conforme esclarece Brougère, a cultura lúdica é composta por esquemas que possibilitam iniciar a brincadeira e distanciá-la da realidade cotidiana.²⁷ Todos esses procedimentos, referências e esquemas de regras que o indivíduo conhece, ou seja, suas experiências são individualizadas e particularizadas.²⁸ Desse modo, concebe-se a cultura lúdica não como um algo estagnado, mas sim um conjunto vivo e diversificado em constante mudança e sempre com novos significados em função dos hábitos lúdicos.²⁹ Pode-se dizer que é produzida por um duplo movimento interno e externo, de forma que a criança adquire, constrói sua cultura lúdica brincando.³⁰

Mantilla ao definir o lúdico, acrescenta outros conceitos a serem estudados, como a apropriação do espaço e a transformação espacial de lugares, que são mecanismos propensos

²¹ BROUÈRE, 1998, p. 15.

²² MANTILLA, R.S.R. *Arquitetura – Jogo – Percepção: a casa como elemento lúdico*. Dissertação (Mestrado em Design e Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. 2011. p. 169.

²³ MANTILLA, 2011, p. 125.

²⁴ MANTILLA, 2011, p. 125.

²⁵ MANTILLA, 2011, p. 143.

²⁶ MANTILLA, 2011, p. 143.

²⁷ BROUÈRE, 1998, p. 17.

²⁸ BROUÈRE, 1998, p. 17.

²⁹ BROUÈRE, 1998, p. 17.

³⁰ BROUÈRE, 1998, p. 17.

para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças e dos adolescentes.³¹ Nesse contexto a ludicidade é considerada um dos requisitos essenciais para se aprender, para se criar e para as emoções.³² Mantilla também recomenda que as instituições socioeducativas ofereçam espaços que beneficiem as atividades lúdicas, uma vez que elas dependem do incentivo para serem iniciadas. Na sequência alcançam-se como resultado emoções que trazem sensações de prazer e diversão.³³

Conforme esclarecem Santos e Cruz, quanto mais a criança vivencia sua ludicidade maior será a chance deste vir a tornar-se um aprendiz de forma prazerosa.³⁴ Sobre esse tema Parra e Saiz afirmam que:

O mundo atual está em constante mutação, da mesma forma a escola precisa estar em permanente estado de alerta para adequar seu ensino ao progresso dessas mudanças, tanto em conteúdo como em metodologia [...] Conforme o mundo atual vai passando por diversas mudanças é necessária uma maior atenção, a partir de que acompanhar essas evoluções é fator primordial, a realidade avança a amplos passos, tudo tem sido bastante chamativo e se consegue assimilar com muito mais facilidade. Entretanto, será que existe valor para essa aprendizagem? Os docentes, por sua vez, necessitam ter ciência do mundo externo e de seu progresso a fim de harmonizar seus conteúdos de forma que sejam assimilados. Relacionar as teorias e as práticas desenvolvidas pelos educadores relacionados ao lúdico através de jogos. De forma solícita, a questão do ensinar através do lúdico deve ser trabalhada; identificar os desafios que os professores se deparam ao utilizar o lúdico através de jogos em sala de aula.³⁵

A título de exemplo, pode ser destacada a matemática, a partir da qual o educador envolve o discente a compreender a matéria por meio de jogos pedagógicos, e assim facilitar a aprendizagem. O docente, ao sugerir atividades lúdicas para o discente precisa conhecer as fases em que o aluno se encontra, para que este não venha a atropelar as etapas de seu desenvolvimento.

Montessori e Piaget corroboram que cada etapa deve ser vivenciada pela criança e somente ela, voluntariamente, deve passar para a etapa seguinte. A partir do momento que o docente consegue fazer a criança pensar por si só e movimentar-se, esta estabelece uma relação de igualdade com o mundo que a cerca, deixando de ser o centro e conseguindo se relacionar com todos a sua volta.³⁶

³¹ MANTILLA, 2011, p. 154.

³² MANTILLA, 2011, p. 154.

³³ MANTILLA, 2011, p. 154.

³⁴ SANTOS; CRUZ, 1999, p. 11.

³⁵ PARRA, C.; SAIZ, I. *Porto Alegre: Artes Médicas. Reflexões Psicopedagógicas*, Secretaria de Educação. MCBA. 1996, p. 11.

³⁶ MONTESSORI, M. *A criança*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990. p. 34.

Em se tratando de progresso nas atividades lúdicas, é relevante compreender como tratar com a ludicidade, ao ponto de que ela contribua de maneira clara para o desenvolvimento do discente, destacando a importância em ofertar atividades que estejam de acordo com o nível em que os mesmos estejam.³⁷ A esse respeito Santos e Cruz dizem:

É uma necessidade do indivíduo em qualquer idade e não pode ser vista como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita processo de socialização, comunicação e construção do conhecimento.³⁸

Caberá ao docente a análise do grau de desenvolvimento de seus alunos para que então seja aplicada a melhor didática, sendo certo que precisará ter a destreza para atuar com o discente. Dessa forma, busca-se desenvolver ao máximo seu potencial cognitivo, motor, psíquico, emocional e social, sem prejudicá-lo ao exagerar nas atividades, dosando as brincadeiras, leves, moderadas ou agitadas; tudo de acordo com o tempo disponível em sala de aula.

Em um cenário histórico, o lúdico consta presente desde os primórdios da humanidade, com função de adjetivo e estando relacionada aos jogos, brinquedos e divertimentos.³⁹ Assim, tem-se que o lúdico está intimamente ligado ao lazer, envolvendo todas as espécies de divertimento que se possa trabalhar de modo pedagógico.⁴⁰ Conforme afirma Cardoso, de acordo com as evoluções sociais e tecnológicas, a brincadeira foi ganhando papel de destaque na sociedade e, muito em especial, entre as crianças que encontram nela uma forma de inter-relacionarem-se com outros iguais.⁴¹

Por conceituação, segundo a afirmativa de Dantas, o termo lúdico refere-se à função de brincar (de uma forma livre e individual) e jogar (no que se refere a uma conduta social que supõe regras).⁴² Desse modo, de acordo com Andrade e Sanches, pode-se dizer que o jogo e a brincadeira representam de algo que está diretamente ligado ao ser humano desde o início de sua existência e que pode ser encontrado em vários tipos de arte e em ciências como a filosofia e a pedagogia.⁴³

³⁷ PIAGET, J. A. *Psicologia e Pedagogia*. 2. ed. Curitiba: Forense, 1972. p. 89.

³⁸ SANTOS; CRUZ. 1999, p. 110.

³⁹ CARDOSO, R. C. T. *Jogar para aprender língua estrangeira na escola*. 1996. 129 f. Dissertação (Mestrado) Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP, Campinas, 1996. p. 71.

⁴⁰ CARDOSO, 1996, p. 71.

⁴¹ CARDOSO, 1996, p. 71.

⁴² DANTAS, H. Brincar e trabalhar. In: KISHIMOTO, T. M. (org). *Brincar e suas teorias*. São Paulo: Pioneira, 1998. p. 111.

⁴³ ANDRADE, O. G.; SANCHES, G. M. M. B. *Aprendendo com o Lúdico*. In: O DESAFIO DAS LETRAS, 2004, Anais. Rolândia: Ed. FACCAR, 2005. p. 19.

Andrade e Sanches afirmam que um jogo não necessariamente precisa de um perdedor e um ganhador, ele pode servir apenas como instrumento de relacionamento e canal facilitador de aprendizagem, tratando-se de uma forma mais divertida de se adquirir conhecimento. Ainda segundo Andrade e Sanches:

O emprego da atividade lúdica, define-se a toda e qualquer tipo de atividade alegre e descontraída, desde que possibilite a expressão do agir e interagir. Queremos destacar também, que embora alguns pesquisadores centralizam a ação do lúdico na aprendizagem infantil, o adulto também pode ser beneficiado com atividades lúdicas, tornando o processo de ensino/aprendizagem de línguas mais motivado, descontraído e prazeroso, aliviando certas tensões que são carregadas pelo ser humano devido ao constante estresse do dia-a-dia.⁴⁴

Sendo assim, percebe-se a importância e necessidade da utilização de atividades lúdicas na sala de aula, pois desta forma, os alunos aprendem desde conteúdos importantes até atitudes e valores necessários a vida em sociedade, de maneira descontraída, divertida e dinâmica.

Segundo Benjamim, a criança através da brincadeira faz construções sofisticadas da realidade, tornando-se criativo.

A criança quer puxar alguma coisa, torna-se cavalo, quer brincar com areia e torna-se padeiro, quer esconder-se, torna-se ladrão ou guarda e alguns instrumentos do brincar arcaico e desprezam toda a máscara imaginária (na época, possivelmente vinculados a rituais): a bola, o arco, a roda de penas e o papagaio, autênticos brinquedos, tanto mais autênticos quanto menos o parecem ao adulto.⁴⁵

Certo é que por meio da brincadeira a criança vai além da exploração de seu imaginário, fazendo com que aquilo que está apenas em sua mente se torne realidade.⁴⁶ Kishimoto afirma ser a brincadeira uma atividade que a criança passa a conhecer desde o seu nascimento, em seu âmbito familiar, tendo continuidade na infância, adolescência e também na fase adulta.⁴⁷

A brincadeira é um tipo de atividade social humana, e aprender de forma lúdica é essencial para a criança, pois cria um clima de entusiasmo e motivação.⁴⁸ Muitos professores têm incluído em sua prática pedagógica atividades lúdicas, uma vez que estas acionam as

⁴⁴ ANDRADE; SANCHES, 2005, p. 63.

⁴⁵ BENJAMIN, W. *Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Summus, 1984. p. 76-77.

⁴⁶ KISHIMOTO, T. M. *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning, 2002. p. 39.

⁴⁷ KISHIMOTO, p. 39.

⁴⁸ KISHIMOTO, p. 40.

esferas motoras e cognitivas, levando a criança a pensar, agir, sentir, aprender e se desenvolver.⁴⁹ Situações lúdicas, criadas pelo professor, estimulam a aprendizagem.⁵⁰

Segundo Maluf, muitos autores têm se dedicado a estudar o lúdico com o intuito de promover novas perspectivas para a aprendizagem dos alunos, objetivando despertar na criança uma maior vontade de aprender.⁵¹

Conforme esclarece Maluf, esta é uma maneira de obter-se sucesso em sala de aula e melhor convívio com os colegas, visto que as brincadeiras são instrumentos de realização para o ser humano, uma vez que colaboram para uma maior concentração dos alunos, influenciando no desenvolvimento de iniciativas e potencialidades.⁵² As brincadeiras despertam atenção e curiosidade não apenas nas crianças, mas também em qualquer ser humano, deixando-os livres para aprender⁵³.

Nos dizeres de Dohme, o aprender deve ser o foco principal da escola atual, e dessa forma, o desenvolvimento da criança e do adolescente, por meio de jogos e brincadeiras poderá ser ainda mais facilitado caso seja levado em consideração que os elementos lúdicos integram diferentes estruturas.⁵⁴ Nesse contexto esclarece Dohme que:

As atividades lúdicas podem colocar o aluno em diversas situações, nas quais ele pesquisa e experimenta, fazendo com que ele conheça suas habilidades e limitações, que o exercício, o diálogo, e a liderança sejam solicitados ao exercício de valores éticos e muitos outros desafios que permitirão vivências capazes de construir conhecimentos e atitudes.⁵⁵

Dessa forma, o gestor escolar precisa estar sempre à frente de iniciativas que contribuam com o acesso dos docentes e discentes dos recursos fundamentais ao desenvolvimento do lúdico nas escolas. E nessa perspectiva, Giacopini e Bassi defendem a ideia da educação participativa e, para que essa educação ocorra, o gestor escolar deve convidar os professores, os pais e a comunidade a intervirem na instituição com o intuito de melhorar a infraestrutura da escola e a qualidade no trabalho pedagógico.⁵⁶

⁴⁹ KISHIMOTO, p. 40.

⁵⁰ KISHIMOTO, p. 40.

⁵¹ MALUF, A. C. M. *Brincar, prazer e aprendizado*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 17.

⁵² MALUF, 2004, p. 17.

⁵³ MALUF, 2004, p. 17.

⁵⁴ DOHME, 2003, p. 113.

⁵⁵ DOHME, 2003, p. 113.

⁵⁶ GIACOPINI, B. E.; BASSI, L. Reggio Emília: uma experiência inspiradora. *Revista Criança do Professor de Educação Infantil*. Brasília: SEB/MEC, v. 43, ago. 2007. p. 5-8.

O lúdico precisa ter seu lugar ainda mais destacado, para tanto deve ser feito o uso da criatividade caso seja necessário suprir a carência de recursos, ou até mesmo reivindicar os direitos para que verbas sejam destinadas para tais fins.⁵⁷

Segundo Barbosa, o professor precisa estar em concordância com a proposta político-pedagógica da sua unidade escolar que privilegie o caráter lúdico e educacional que as instituições de ensino podem e devem ter, valorizando e contribuindo para a aquisição de novos conhecimentos.⁵⁸

Em outras palavras, Barbosa afirma que:

Uma proposta político pedagógica é um documento de compromisso com as crianças brasileiras e com a sua educação, assim, a instituição como espaço público deve constantemente estar se abrindo para o diálogo e para a reflexão coletiva sobre o seu PPP, na tentativa de não sedimentar apenas a experiência vivida, mas confrontá-la com a prática, com seus efeitos, com seus ganhos e perdas e assim poder estar em constante reflexão e em permanente reconstrução.⁵⁹

No mesmo sentido Santomauro e Andrade entendem que, além do brincar, o lúdico desenvolve outras áreas importantes como a linguagem oral, o movimento, a arte, e a leitura e a escrita, dentre outras áreas que estão sempre em formação no cotidiano escolar.⁶⁰

No primeiro caso, o da linguagem oral, percebe-se um grande desafio da pré-escola, uma vez que não busca-se apenas desenvolver o ato de falar, devendo também ser buscada a antecipação e o planejamento do que se quer dizer.⁶¹ Um ambiente que estimule a comunicação verbal precisa ser oferecido. Dessa forma, para que isso aconteça, ou seja, para que a oralidade seja usada cada vez mais e de melhor forma, é preciso trabalhá-la diariamente com base em diferentes temas, contextos e interlocutores.⁶²

Na perspectiva do movimento, a criança já está pronta na pré-escola para se comunicar por meio da fala, mas os movimentos ainda são usados para que ela se expresse e dessa forma, devem ser muito valorizados.⁶³ As atividades lúdicas de teatros, danças, esportes e demais expressões corporais são importantes para que a criança desenvolva suas habilidades.⁶⁴ Nesse sentido Santomauro e Andrade orientam que:

⁵⁷ GIACOPINI; BASSI, 2007, p. 5-8.

⁵⁸ BARBOSA, L. M. R. *Igreja, Estado e Educação em Martinho Lutero: uma análise das origens do direito à educação*. 2007. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 80.

⁵⁹ BARBOSA, 2007, p. 80.

⁶⁰ SANTOMAURO, B.; ANDRADE, L. O que não pode faltar. *Revista Nova Escola*. São Paulo, ano 23, n. 217, nov. 2008, p. 54.

⁶¹ SANTOMAURO; ANDRADE, 2008, p. 54.

⁶² SANTOMAURO; ANDRADE, 2008, p. 54.

⁶³ SANTOMAURO; ANDRADE, 2008, p. 56.

⁶⁴ SANTOMAURO; ANDRADE, 2008, p. 56.

Em especial entre os maiores, de cinco a seis anos, a capacidade de planejar as ações de movimento se amplia. Por isso, atividades ao ar livre, no parque, se tornam mais ricas. Para se divertir num escorregador, as crianças conseguem observar os degraus onde pisam e calcular o que fazer para chegar ao topo e depois deslizar.⁶⁵

Com relação às artes, nota-se grande sucesso nas experiências desenvolvidas com músicas e artes plásticas, visto que ambas exercem forte influência no desenvolvimento da criatividade e da imaginação e, nessa fase, as duas linguagens já podem ser trabalhadas de forma separada.⁶⁶ Deve-se, então, entre tantas atividades, enriquecer o repertório de canções e promover a aproximação das crianças com diversos instrumentos.

Com relação à leitura e a escrita, o professor se apresenta como um adulto que está trabalhando na criança e adolescente o gosto pela leitura.⁶⁷ Dessa forma destaca-se que a escrita encontra-se presente nos livros, e para tanto é possível propor que alunos escolham suas histórias prediletas, compartilhando com eles detalhes sobre as demais obras daquele autor, além de sua biografia.⁶⁸ Conforme esclarecem Santomauro e Andrade, ao escutar uma história, as turmas entram na narrativa e compartilham as sensações dos personagens, é hora de ampliar o repertório e dar maior organização ao pensamento.⁶⁹

A importância do uso do lúdico como ferramenta instituinte da aprendizagem foi explanado de maneira enfática neste capítulo, portanto, neste escopo é importante dar foco ao uso do lúdico na construção da aprendizagem e no desenvolvimento do ser humano. A disciplina de Ensino Religioso tem nesses pilares a tarefa de possibilitar que os alunos alcancem esses objetivos, visto que o Ensino Religioso é conteúdo para além de didática de ensino de sala de aula, levando-se em consideração que sua essência oportuniza ao discente a compreensão de temáticas.

Para uma maior compreensão de como o lúdico relaciona-se com as atividades escolares é importante analisar o processo evolutivo da história do lúdico na educação brasileira. A utilização do lúdico na educação visa, além do desenvolvimento do aprendizado de maneira mais atrativa para o aluno, também o resgate histórico-cultural dessas atividades.

⁶⁵ SANTOMAURO; ANDRADE, 2008, p. 57.

⁶⁶ SANTOMAURO; ANDRADE, 2008, p. 57.

⁶⁷ SANTOMAURO; ANDRADE, 2008, p. 57.

⁶⁸ SANTOMAURO; ANDRADE, 2008, p. 57.

⁶⁹ SANTOMAURO; ANDRADE, 2008, p. 57.

1.2 A evolução histórica do lúdico na educação brasileira

Segundo Apaz, a palavra ludicidade deriva do latim *ludus* que, etimologicamente, denota jogos e brincadeiras. Nesse contexto, trabalhar o lúdico é trazer para sala de aula metodologias inovadoras, de modo que o alunado experimente o deleite em participar de momentos descontraídos e de aprendizagem.⁷⁰ Resumidamente, trabalhar metodologias lúdicas é vivenciar o conteúdo programado de forma interativa, a partir do qual o aluno aprende com o professor e o professor por sua vez aprende com o aluno.⁷¹

Corbalán menciona o que se entende ser uma extraordinária contribuição para que seja possível expressar uma concepção adequada do lúdico e de seu uso como instrumento metodológico na formação dos professores, para que seja possível assim, alcançar mudanças em suas práticas nas aulas de aula:

Ensinar e aprender matemática pode e deve ser uma experiência com bom êxito do sentido de algo que traz felicidade aos alunos. Curiosamente quase nunca se cita a felicidade dentro dos objetivos a serem alcançados no processo ensino-aprendizagem, é evidente que só poderemos falar de um trabalho docente bem feito quando todos alcançarmos um grau de felicidade satisfatório.⁷²

Na história antiga já existiam relatos de que o ato de brincar era desenvolvido por todo o grupo familiar, até mesmo quando os pais promoviam o ensino de seu ofício para os filhos. Nesse contexto pode ser destacado que, para cada período e sociedade, a concepção sobre educação sempre foi entendida de uma forma diferenciada, dessa forma, a utilização do lúdico seguiu tal concepção.⁷³ Os povos primitivos direcionavam à educação física significativa importância, dando total liberdade para as crianças aproveitarem o exercício dos jogos naturais, viabilizando assim que a educação de seus filhos fosse favoravelmente influenciada.⁷⁴

Platão⁷⁵, já por volta de 367 a.C., destacou a relevância do uso dos jogos para que o aprendizado das crianças fosse capaz de ser desenvolvido, afirmando ainda que nos anos iniciais de vida dos meninos e meninas haveria a necessidade de prática conjunta das

⁷⁰ APAZ, M. F. *A relação entre o aprender e o brincar: uma perspectiva psicopedagógica*. 2012, p. 7. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7061890-A-relacao-entre-o-aprender-e-o-brincar-uma-perspectiva-psicopedagogica.html>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

⁷¹ APAZ, 2012, p. 7.

⁷² CORBALÁN, F. *Juegos matemáticos para secundaria y bachillerato*. Madrid: Síntesis, 1994, p. 14.

⁷³ SANT'ANNA, A.; NASCIMENTO, P. R. A história do lúdico na educação. *REVEMAT*, Florianópolis, v. 06, n. 2, p. 19-36, 2011.

⁷⁴ SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 19-36.

⁷⁵ Seu verdadeiro nome era Arístocles, viveu entre 427 AC e 347 ACe foi um filósofo e matemático do período clássico da Grécia Antiga, autor de diversos diálogos filosóficos e fundador da Academia em Atenas, a primeira instituição de educação superior do mundo ocidental. SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 27.

atividades educativas por meio dos jogos. Rabelais⁷⁶, no século XV, já destacava que o ensinamento haveria de ser desenvolvido por meio dos jogos, orientando a todos que promovessem o estímulo das crianças para a leitura, desenho, jogos de cartas e fichas que serviam para ensinar a aritmética e a geometria.⁷⁷

Outros teóricos podem ser destacados pela contribuição que tiveram na implementação do lúdico no processo de ensino e aprendizagem, dentre eles constam Rousseau⁷⁸ e Pestalozzi⁷⁹, no século XVIII; Dewey⁸⁰, no século XIX; e no século XX, Montessori⁸¹, Vygotsky⁸² e Piaget⁸³. De acordo com as teorias de Vygotsky, o ser humano desenvolve-se por meio do aprendizado, envolvendo este a influência direta ou indireta de outros indivíduos. Dessa forma, a mediação tende a promover significativa diferença, intervindo no processo de aprendizagem da criança, além de fazer com que as funções psicológicas superiores sejam desenvolvidas no indivíduo.⁸⁴

Com relação à história do lúdico no Brasil é possível destacar que os índios, os portugueses e os negros atuaram como precursores dos modelos contemporâneos de formas de desenvolvimento do lúdico que ainda são mantidas no Brasil.⁸⁵ Desde o seu descobrimento, o Brasil passou por uma significativa miscigenação de povos e raças, cada uma possuindo culturas, crenças e educação próprias, havendo diferenças de uma para outra, além da forma como é desenvolvida a ludicidade entre seus pares. Contudo, essa carga cultural tende a tornar o país cada vez mais rico no contexto educacional.⁸⁶

Toda cultura e educação herdada deve ser aplicada no aprendizado universal dos alunos, visto que encontram-se envolvidas as mais diversificadas etnias, raças e povos, e para

⁷⁶ François Rabelais foi um escritor, padre e médico francês do Renascimento, que usou, também, o pseudônimo Alcofribas Nasier, um anagrama de seu verdadeiro nome. SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 29.

⁷⁷ SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 19-36.

⁷⁸ Também conhecido como J.J. Rousseau ou simplesmente Rousseau, foi um importante filósofo, teórico político, escritor e compositor autodidata genebrino. É considerado um dos principais filósofos do iluminismo e um precursor do romantismo SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 19-36.

⁷⁹ Foi um pedagogo suíço e educador pioneiro da reforma educacional. SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 19-36.

⁸⁰ John Dewey foi um filósofo e pedagogo norte-americano, tendo sido um dos principais representantes da corrente pragmatista inicialmente desenvolvida por Charles Sanders Peirce, Josiah Royce e William James. SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 19-36.

⁸¹ Maria Tecla Artemisia Montessori foi uma educadora, médica e pedagoga italiana. É conhecida pelo método educativo que desenvolveu e que ainda é usado hoje em escolas públicas e privadas mundo afora. SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 19-36.

⁸² Lev Semyonovich Vygotsky, foi um psicólogo, proponente da Psicologia cultural-histórica. Pensador importante em sua área e época, foi pioneiro no conceito de que o desenvolvimento intelectual das crianças ocorre em função das interações sociais e condições de vida. SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 19-36.

⁸³ Jean William Fritz Piaget foi um biólogo, psicólogo e epistemólogo suíço, considerado um dos mais importantes pensadores do século XX. SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 19-36.

⁸⁴ SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 19-36.

⁸⁵ SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 19-36.

⁸⁶ SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 19-36.

tanto, apresenta-se fundamental o resgate e desenvolvimento de tudo o que existir de relevante em cada uma, para o ensino e aprendizagem dos alunos na atualidade.⁸⁷

Os jogos e brincadeiras existentes no cenário contemporâneo originam-se dessa mistura ocorrida no período em questão. Todavia não é garantido afirmar de qual povo especificamente são provenientes.⁸⁸ O que deve ser destacado é exatamente a importância apresentada por esse material deixado pelos povos mais antigos e que necessitam de preservação, valorização e aplicação no ensino, sempre visando estimular o resgate histórico por eles merecido.⁸⁹

Conforme a sociedade vai evoluindo os indivíduos tendem a se sentir cada vez mais sem direcionamento em relação ao espaço, sendo reduzida a identificação com o ambiente que os cerca.⁹⁰ Nesse contexto torna-se possível perceber que a arte e o lúdico, ao serem introduzidos no cotidiano das pessoas tornam viável o reencontro dessa personalidade já dissolvida no espaço, tornando possível que os indivíduos sejam capazes de se identificarem outra vez com esses ambientes, o que proporciona uma maior qualidade de vida, além de bem estar.⁹¹

O desenvolvimento de ambientes lúdicos direcionados para a sociedade pode também ser resultado de variados estímulos sensoriais capazes de ampliar as chances de percepção e reação do corpo humano.⁹²

O lúdico refere-se a um conceito no qual a materialização de uma proposta é executada em um espaço, proporcionando duas características: despertar o interesse do indivíduo e cativar os usuários do espaço, proporcionando aos indivíduos experiências com a leitura e aprendizado que fogem do cotidiano.⁹³ O espaço lúdico é arquitetado com a finalidade de desconstruir a formalidade de determinados espaços, produzindo cenários sem perder a função e essência deste, entretendo e apresentando amplas modificações em suas formas, resultando na curiosidade dos indivíduos em conhecer novas experiências.⁹⁴

O encantamento do espaço lúdico se dá pela conexão que o conceito do lúdico experimenta com a prática do brincar, que significa aprender, seduzir, encantar, divertir-se.⁹⁵ Quando o espaço tem o propósito de incitar a brincadeira e encantar os usuários, por

⁸⁷ SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 19-36.

⁸⁸ SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 19-36.

⁸⁹ SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 19-36.

⁹⁰ KISHIMOTO, T. M. *Jogo, brinquedo, Brincadeira e a educação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 742.

⁹¹ KISHIMOTO, 2007 p. 42.

⁹² TEIXEIRA, S. R. de O. *Jogos, brinquedos, brincadeiras e brinquedoteca: implicações no processo de aprendizagem e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010. p. 89.

⁹³ TEIXEIRA, 2010, p. 89.

⁹⁴ KISHIMOTO, 2007 p. 42.

⁹⁵ TEIXEIRA, 2010, p. 91.

consequência ele tem o propósito de fazer com que os usuários possam desfrutar do espaço, ou seja, o espaço estimula o indivíduo a apropriar-se de suas instalações, da forma que melhor lhe sirvam, atraindo e prendendo a atenção e o interesse.⁹⁶

A partir do exposto torna-se fundamental compreender os processos que envolvem a didática do Ensino Religioso. A utilização do lúdico na educação visa, além do desenvolvimento do aprendizado de maneira mais atrativa para o aluno, também o resgate histórico-cultural dessas atividades.

1.3 A didática do Ensino Religioso

Ao se abordar a didática do Ensino Religioso é importante que esta não seja compreendida como um curso que proporciona um manual de receitas ou orientações mágicas, nem tão pouco como uma oficina de criação de recursos, partindo-se assim da compreensão de que a disciplina necessita saber mesclar a relação entre teoria e prática, entre a competência de aprender-aprender e saber-fazer.⁹⁷ Nessa inter-relação, o professor deve aprender a interpretar o seu fazer, a compreender o processo de aprendizagem que se desencadeia num ato educativo, avaliando os procedimentos adequados de uma atividade educativa.⁹⁸

Nesse contexto, cabe ao professor não limitar ao ato reflexivo sobre o processo de aprendizagem da criança, uma vez que não basta o educador ter pleno conhecimento teórico quanto ao ensino.⁹⁹ É de grande relevância que ele também seja capaz de desenvolver a competência do saber-fazer e do saber lidar com as situações educativas em sala de aula. É fundamental a existência de um equilíbrio entre a capacidade reflexiva e a prática instrumental.¹⁰⁰

Contudo, nesse processo de é necessário que o professor tenha a oportunidade de desenvolver a categoria existencial do aprender a ser.¹⁰¹ Na referida categoria, mais do que o domínio de conteúdos e da instrumentalização didática, é fundamental que o professor desenvolva o respeito ao outro, esteja atento à dimensão da alteridade, saiba dialogar com a

⁹⁶ TEIXEIRA, 2010, p. 91.

⁹⁷ LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora?* Novas exigências educacionais e profissão docente. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 43.

⁹⁸ LIBÂNEO, 2003, p. 43.

⁹⁹ LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1991. p. 56,

¹⁰⁰ LIBÂNEO, 1991, p. 56,

¹⁰¹ LIBÂNEO, 2003, p. 44.

diversidade cultural e não se sinta ameaçado em sua identidade pessoal, profissional e religiosa ao dialogar com a diversidade religiosa.¹⁰²

Conforme orienta Marcos, inicialmente o Ensino Religioso era ministrado por professores que estavam intimamente ligados a alguma denominação religiosa, com isso o mesmo rigor que havia nos ensinamentos bíblicos das igrejas era encontrado em salas de aula, fazendo com que os alunos tivessem uma reprodução dos ensinamentos recebidos aos finais de semanas.¹⁰³ E, ainda, nota-se a prevalência dos valores familiares na didática do Ensino Religioso, no qual há a imposição de que o Ensino Religioso seja de acordo com a confissão religiosa do aluno, estando, portanto, estabelecido o ensino confessional.¹⁰⁴

A partir da LDB 4024/1961 alguns questionamentos podem ser destacados, como o oferecimento de aulas de Ensino Religioso que contemplassem todas as confissões religiosas dos discentes nos horários disciplinares da escola oficial e sem custo para o Estado.¹⁰⁵

Durante a Ditadura e devido às profundas alterações políticas, econômicas e sociais no país, o Ensino Religioso passou mais uma vez por alterações, no que se deve, principalmente, pelas diferentes formas de relação entre a igreja e Estado.¹⁰⁶ A Constituição de 20 de janeiro de 1967, artigo 168, no que diz respeito à educação, afirma que todos têm direito à educação dada no lar e na escola, de forma igualitária, inspirada nos princípios da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.¹⁰⁷

Em 1971 foi publicada a segunda Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 5.692/71, fato que se deu em meio ao momento de maior repressão vivido durante a ditadura, expressando suas concepções políticas em relação à educação legislativamente.¹⁰⁸

Artigo 1º - O ensino de 1º e 2º graus têm por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação [sic] para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.¹⁰⁹

¹⁰² LIBÂNEO, 2003, p. 44.

¹⁰³ MARCOS, W. R. *Modelos de Ensino Religioso: contribuições das Ciências da Religião para a superação da confessionalidade*. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. p. 40.

¹⁰⁴ MARCOS, 2010, p. 40.

¹⁰⁵ CAETANO, M. C. *O Ensino Religioso e a formação de seus professores: dificuldades e perspectivas*. 2007. 389 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p. 80-81.

¹⁰⁶ CAETANO, 2007, p. 80-81.

¹⁰⁷ CAETANO, 2007, p. 80-81.

¹⁰⁸ CAETANO, 2007, p. 80-81.

¹⁰⁹ BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692, de 11 de agosto de 1971. 1971, p. 1. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm>. Acesso em: 11 jan. 2019.

No artigo 7º, além da inclusão de Moral e Cívica no currículo escolar, que reforça o caráter nacionalista, a nova LDBEN realiza, no que se refere ao Ensino Religioso, uma alteração significativa em relação à LDB 4024/ 71, ao repassar ao Estado o ônus em relação ao professor.¹¹⁰

Segundo Marcos, o Ensino Religioso ataviava-se à compreensão educacional vigente na década de 1970, de atitude tecnicista. Desse modo, o Ensino Religioso se encaixava ao lado das outras disciplinas, em virtude do seu caráter de *formação moral* da sociedade futura.¹¹¹ A disciplina de Moral e Cívica, que tinha por objetivo formar moralmente os cidadãos cômicos de suas responsabilidades com o Estado, era, pois, um trunfo político para a Ditadura Militar. Por todo esse contexto, o Ensino Religioso poderia favorecê-los.¹¹²

Caetano corrobora que o Ensino Religioso esteve presente devido as reivindicações de grupos religiosos.¹¹³ De tal modo que, a Constituição, promulgada em 05 de outubro de 1988, dispôs-se quanto à educação e ao Ensino Religioso da seguinte forma:

Artigo 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

[...]

Artigo 210 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.¹¹⁴

Após a promulgação da Carta da República de 1988, consagrada a constituição mais garantista da história, houve a necessidade de nova reformulação na lei de diretrizes da educação, de modo que o projeto de lei da LDB nº 9.394/96, teve seu início logo após a publicação da Constituição de 1988, dentro das circulações de ação pelos direitos civis, contra quaisquer contornos de domínio ditatorial.¹¹⁵

O texto da Lei tem início com um prognóstico de uma visão mais abarcante do processo educacional, em virtude do amplo apoio popular, o Ensino Religioso também foi incluído na Constituição de 1988.¹¹⁶ Muitas foram as instituições que colaboraram, em ações

¹¹⁰ MARCOS, 2010, p. 42.

¹¹¹ MARCOS, 2010, p. 42.

¹¹² MARCOS, 2010, p. 42.

¹¹³ CAETANO, 2007, p. 83.

¹¹⁴ BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal, 1988. p. 37. Disponível em: : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.

¹¹⁵ CAETANO, 2007, p. 84.

¹¹⁶ MARCOS, 2010, p. 43.

conjuntas, para que, por meio da LDB 9.394/96, o Ensino Religioso fosse, devidamente, implementado na vida escolar, podendo destacar a Associação Interconfessional de Educação de Curitiba (ASSINTEC), o Conselho de Igrejas para a Educação Religiosa (CIER), de Santa Catarina, o Instituto Regional de Pastoral de Campo Grande, do Mato Grosso do Sul (IRPAMAT), assim como a Associação de Educação Católica (AEC) e o Grupo de Reflexão do Ensino Religioso (GRERE), representando o Setor de Educação da CNBB).¹¹⁷

Na primeira variante da mencionada Lei, o Ensino Religioso seria oferecido sem gastos para os caixas públicos.¹¹⁸ Dessa forma, a CNBB, em maio de 1996, apoiada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), pela Associação de Educação Católica (AEC), destinou uma carta solicitando, aos deputados federais, que a declaração “sem ônus para os cofres públicos” fosse removida.¹¹⁹

O Fórum Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) junto à Câmara dos Deputados e ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) agiram em comum acordo, a alteração ocorreu posteriormente a CNBB, o CONIC, o FONAPER e o MEC elaborarem a Lei 9475, sancionada pelo Presidente em 22 de julho de 1997.¹²⁰ Após a alteração, o texto ficou da seguinte forma:

Artigo 1º - O art. 33 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos de ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.¹²¹

Nesse contexto, a versão final da LDB 9.494/96, em relação ao Ensino Religioso, manteve-o em caráter facultativo. Segundo Marcos, essas mudanças, apuradas com a probabilidade do respeito à diversidade cultural religiosa e a suspensão do proselitismo,

¹¹⁷ MARCOS, 2010, p. 43.

¹¹⁸ MARCOS, 2010, p. 44.

¹¹⁹ MARCOS, 2010, p. 44.

¹²⁰ MARCOS, 2010, p. 44.

¹²¹ BRASIL, *Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997*. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1997, p. 2. Disponível em: : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 9 jan. 2019.

conceberam para o Ensino Religioso um importante destaque ao buscar sua identidade e pertinência no meio escolar.¹²²

Com a nova redação do texto da lei, novas oportunidades de sistematizar o Ensino Religioso foram criadas na história da educação brasileira, colocando-o como componente curricular, sem ser doutrinação religiosa e nem se confundindo com o ensino de uma ou mais religiões.¹²³ Nessa perspectiva da formação plena do cidadão, no contexto de uma sociedade cultural e religiosamente diversa, na qual todas as crenças e expressões religiosas devem ser respeitadas, se insere o Ensino Religioso como disciplina curricular.¹²⁴

Sendo assim, a prática em sala de aula precisa ser vivenciada de maneira a apreciar e acatar as diferenças; as aulas de Ensino Religioso devem buscar uma nova roupagem, ou seja, devem ser mais lúdicas e menos técnica.¹²⁵ Como afirma Candau, a didática não poderá continuar sendo um apêndice de orientações mecânicas e tecnológicas.¹²⁶

Em 12 de março de 1997, após a aprovação do Parecer 3/97, que trata dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), sob os auspícios do MEC, a CNBB, o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) e o Grupo de Reflexão do Ensino Religioso (GREER) aparelharam-se para que ocorresse a inclusão da disciplina nos PCNs.¹²⁷ Com o subsídio de muitos educadores e organizações religiosas, os Parâmetros Curriculares Nacionais, relativos ao Ensino Religioso, foram aprovados pelos pareceristas do MEC. Entretanto, sua nota não foi dita pela imprensa oficial, mas pela Editora Ave-Maria, em 1997.¹²⁸

Diante do que foi exposto, vale a pena salientar que o Ensino Religioso é compreendido como uma disciplina que se orienta pelo estudo do fenômeno religioso, o que faz com que não lhe caiba nenhum juízo de valor a respeito de quaisquer manifestações religiosas e que, para que tal preceito seja ensinado corretamente nas salas de aula, é necessário utilizar o lúdico como fonte de apoio para o docente e, principalmente, o discente.¹²⁹

Perfazendo um histórico sobre a religião evidencia-se que por muitos séculos até os dias atuais, ela se apresenta em muitos contextos de forma contraditória, em algumas

¹²² MARCOS, 2010, p. 44.

¹²³ CANDAU, V. M. *A didática em questão*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 52.

¹²⁴ CANDAU, 1984, p. 52.

¹²⁵ MARCOS, 2010, p. 44.

¹²⁶ CANDAU, 1984, p. 52.

¹²⁷ FONAPER, *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso*. São Paulo: Mundo Mirim, 2009, p. 6.

¹²⁸ FONAPER, 2009, p. 6.

¹²⁹ CURY, C. R. J. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 27, 2004. p. 38.

situações ajuda as pessoas a viverem melhor e encontrarem esperanças, em outras é utilizada como ferramenta de exclusão.¹³⁰ Quando se apresenta em forma de intolerância religiosa tem sido motivo de sofrimentos e de guerras, isso é visível tanto culturalmente, regionalmente, como também globalmente.¹³¹

A fim de que essa área do conhecimento esteja bem desenvolvida, o docente precisa desenvolver habilidades e metodologias que seduzam os discentes para o processo de ensino e aprendizagem.¹³² O docente, por sua vez, exercerá a função de mediador em sala de aula, de forma que nesse contexto assevera Silva que o professor de Ensino Religioso é, na escola e na sua comunidade, um mediador da própria questão religiosa, da espiritualidade, sendo assim, um promotor do diálogo inter-religioso e da busca pela ética e pela paz.¹³³

Em âmbito nacional com as propostas implantadas no sistema educacional e nas políticas públicas, as escolas têm a missão de acolher a todos na sua diversidade e desmistificar a visão, instituída pelo Estado e pela igreja de que somente o catolicismo deverá ter presença marcante nas aulas de Ensino Religioso e, conseqüentemente diminuir a dívida com a sociedade brasileira que perdura desde a sua colonização.¹³⁴ Os dispositivos de lei respeitaram assim, todas as crenças e credos em um país com tanta diversidade religiosa. A Carta Magna afiança a liberdade religiosa e veda a prática abusiva.

É vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ocupação de interesse, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles os seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.¹³⁵

Compreender e realizar a educação, entendida como um direito individual humano e coletivo implica considerar o seu poder de habilitar para o exercício de direitos e potencializar o ser humano como cidadão pleno, de tal modo que se torne apto para viver e conviver nos diversos ambientes.¹³⁶

¹³⁰ CURRY, 2004, p. 39.

¹³¹ CURRY, 2004, p. 39.

¹³² SILVA, M. B. *Em busca do significado do ser professor de ensino religioso*. João Pessoa: Universitária UFPB, 2011, p. 79.

¹³³ SILVA, 2011, p. 79.

¹³⁴ SILVA, 2011, p. 81.

¹³⁵ BRASIL, 1988, p. 12.

¹³⁶ BRASIL, *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2013. p. 18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32621-cne-sintese-das-diretrizes-curriculares-da-educacao-basica-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 dez. 2019.

Além da questão da laicidade que foi uma conquista constitucional importante, a educação religiosa no ensino enfrenta outros desafios à prática docente.¹³⁷ Nesse íterim o lúdico constitui-se uma ferramenta importante para promover a aprendizagem e para possibilitar a construção de conceitos formadores de cidadãos plenos.¹³⁸

De acordo com Santomauro e Andrade, a brincadeira, apesar de ser uma atividade livre e espontânea é uma criação da cultura, uma vez que o aprendizado da mesma se dá através de interações e do convívio com os outros.¹³⁹ Sendo assim, torna-se importante dispensar muito tempo e espaço para ela, pois uma das grandes habilidades do processo de brincar é desenvolver a imaginação.¹⁴⁰

O teatro é outra atividade lúdica potencialmente muito produtiva no universo escolar, capaz de promover habilidades essenciais para o desenvolvimento integral do aluno e constitui-se uma ferramenta lúdica de aprendizagem dos conteúdos de Ensino Religioso.¹⁴¹ O docente deve se apropriar da técnica teatral antes de aplicá-la em sala de aula, para tanto, é necessário o conhecimento teórico dos modelos que pretende aplicar.¹⁴² O teatro-educação segundo Santiago tem uma abordagem diferente do teatro-pedagógico.

O teatro-pedagógico consiste numa forma de instrumento ou ferramenta pedagógica na educação. Mas o teatro-educação vai além dessa abordagem contextualista ou instrumental que difere da perspectiva essencialista ou estética que defende a presença do teatro em situações de aprendizagens seja na escola ou em outros espaços educacionais.¹⁴³

Portanto, o teatro pedagógico, é uma ferramenta de grande importância para a educação formal, porque auxilia na absorção de conhecimento, abordando conteúdos específicos de disciplinas diversas disciplinas como a de Ensino Religioso.¹⁴⁴ Além disso, o teatro-pedagógico pode, ao mesmo tempo, trazer para sala de aula uma alta dose de criatividade entre os alunos, pois alia formas dramáticas ao âmbito educacional.¹⁴⁵ Contudo, embora não seja o foco principal do teatro-pedagógico, ele não se abstém de trabalhar a formação humana dos alunos.¹⁴⁶

¹³⁷ APAZ, 2012, p. 8.

¹³⁸ APAZ, 2012, p. 8.

¹³⁹ SANTOMAURO, B.; ANDRADE, L. O que não pode faltar. *Revista Nova Escola*. Ano XXIII, n. 217, 2008. p. 45.

¹⁴⁰ SANTOMAURO; ANDRADE, 2008. p. 45.

¹⁴¹ SANTIAGO, A. Teatro-Educação e ludicidade: novas perspectivas em educação. *Revista científica*, v. 9, n. 8, p. 95-108, 2004. p. 100.

¹⁴² SANTIAGO, 2004, p. 100.

¹⁴³ SANTIAGO, 2004, p. 100.

¹⁴⁴ VIDOR, H. *Drama e teatralidade: o ensino do teatro na escola*. Porto Alegre: Mediação, 2010. p. 27.

¹⁴⁵ VIDOR, 2010, p. 27.

¹⁴⁶ VIDOR, 2010, p. 27.

O professor de Ensino Religioso pode ainda utilizar outra técnica como um método didático-pedagógico, a técnica dos símbolos.¹⁴⁷ O educador de Ensino Religioso compreende as duas maneiras de representar o mundo, juntamente com seus educandos, a partir da consideração de que o ser humano é um ser que imagina e vive atribuindo significados às coisas.¹⁴⁸ Essa técnica tem como objetivo explorar e motivar a imaginação dos educandos, a partir de um baú contendo objetos que suscitem sentidos simbólicos.¹⁴⁹

Nesse sentido, Durand citado Gomes afirma:

Assim, propomos esta técnica de ensino relacionando educação e imaginário entendido mais que como uma categoria de análise propriamente dita, mas como uma característica inerente às diversas formas de conhecimento, uma vez que imaginar faz parte da própria condição do ser humano.¹⁵⁰

Essa atividade deixa claro que o imaginário faz parte da condição humana, dessa forma, é mister que o educador suscite nos alunos o despertar da imaginação a partir da sua realidade, é nesse sentido que os símbolos se tornam com sentidos.¹⁵¹ Nesse axioma diz Durand citado Gomes:

O símbolo, e o que nele está representado, tem, portanto, uma conexão interna que não pode ser desfeita, por isso possui algo mais que um sentido artificialmente dado. Ele é, então, mediação que traz em si a presença inelutável do sentido, por isso a imagem, por mais degradada que possa parecer, é sempre portadora de um sentido que não deve ser procurado fora da sua significação imaginária.¹⁵²

Categoricamente, com a realização dessa atividade, é possível afirmar que o símbolo é portador de um sentido o qual posteriormente terá um significado imaginário.¹⁵³ Nada mais que, primordial, usar o lúdico nas aulas de Ensino Religioso das escolas seculares, fazendo um pressuposto de que, tanto as aulas de Ensino Religioso quanto o uso do lúdico não são tão aceitos em sala de aula pelos alunos e por professores de outras disciplinas.¹⁵⁴

Diante do que foi exposto neste capítulo foi possível concluir que o lúdico é um recurso metodológico de suma importância para auxiliar a aprendizagem das crianças da

¹⁴⁷ DURAND, G. A imaginação simbólica. São Paulo: Cultrix, 1998. In GOMES, E. S. L. *Um baú de símbolos na sala de aula*. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 19.

¹⁴⁸ DURAND, 1988, *apud* GOMES, 2003, p. 19.

¹⁴⁹ DURAND, 1988, *apud* GOMES, 2003, p. 19.

¹⁵⁰ DURAND, 1988, *apud* GOMES, 2003, p. 19.

¹⁵¹ DURAND, 1988, *apud* GOMES, 2003, p. 20.

¹⁵² DURAND, 1988, *apud* GOMES, 2003, p. 20.

¹⁵³ SALOMÃO, H.A.S.; MARTINI, M. *A importância do lúdico na Educação Infantil: enfocando a brincadeira e as situações de ensino não direcionado*, 2007. p. 04. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0358.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2010.

¹⁵⁴ APAZ, 2012, p. 7.

educação infantil. Os jogos ensinam os conteúdos por meio de regras, possibilitando a exploração do ambiente no qual o indivíduo está inserido, os jogos proporcionam aprendizagem maneira prazerosa e significativa assim agrega conhecimentos. Para tanto buscar-se-á na sequência promover-se um aprofundamento quanto à religião como experiência lúdica.



2 RELIGIÃO COMO EXPERIÊNCIA LÚDICA

Na Grécia antiga haviam os “jogos agonísticos – ligados às festividades religiosas, sendo ao mesmo tempo momento eminentemente comunitário desenvolvendo uma função educativa com fundamentos éticos e antropológicos, fortalecendo os vínculos coletivos.¹⁵⁵

Com o passar do tempo os jogos foram assumindo funções diferentes das religiosas. Inicialmente eram visto apenas como recreação, depois como espaço de relaxamento em contraposição à atividades que exigiam habilidade intelectual, e na sequência foram usados para promover princípios morais.¹⁵⁶ Apenas no século XIX houve a descoberta e a crescente consciência da criança como ser humano que tem capacidade de aprender pela observação e imitação.¹⁵⁷

No velho mundo, a Igreja Católica trouxe para a sociedade os seus ideais religiosos. Em meados do Século XIII a Europa meridional foi marcada pela grande caçada da igreja daqueles que eram tidos como uma ameaça à doutrina da igreja. Para alcance desse intento a igreja fundou tribunais com a finalidade de julgar os erros de crença que a ignorância ou maldade introduziam.¹⁵⁸ Alexandre Herculano afirma que o líder da diocese, era encarregado de descobrir e condenar as heresias nos séculos primitivos, uma instituição intolerável e moralmente impossível.¹⁵⁹

Herculano destaca que essa instituição que ficou conhecida como A Inquisição ou Santo Ofício, tratou-se de um período de grande terror e derramamento de sangue, no qual os julgamentos eram realizados sem garantias e direito à ampla defesa.¹⁶⁰ No período da Inquisição, quem estava sob o crivo do julgamento da igreja não sabia nem mesmo quem os havia denunciado, tendo por benefício a seu favor a possibilidade de indicação de nomes de inimigos para averiguação.¹⁶¹ É certo que a inquisição se estendeu até o Século XIX, causando enorme derramamento de sangue por mortes em fogueiras, bem como diversos casos de tortura, por vezes, podendo ser classificadas como injustas e infundadas.¹⁶²

Lutero ficou conhecido como o principal nome vinculado ao movimento da Reforma Protestante, e em seus estudos foram desenvolvidas teses contra falhas da Igreja Católica, teses estas que foram muito além da abrangência de cunho religioso. A repercussão alcançada

¹⁵⁵ CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*, São Paulo: Unesp, 1999. p. 79.

¹⁵⁶ CAMBI, 1999, p. 79.

¹⁵⁷ CAMBI, 1999, p. 79.

¹⁵⁸ HERCULANO, A. *História da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*. 9. ed. 2009. p. 22.

¹⁵⁹ HERCULANO, 2009, p. 22.

¹⁶⁰ HERCULANO, 2009, p. 23.

¹⁶¹ HERCULANO, 2009, p. 23.

¹⁶² HERCULANO, 2009, p. 23.

por elas teve um efeito de expansão, alcançando áreas de estrutura social, o que inclui a educação.¹⁶³

Um dos vieses de maior relevância a ser destacado neste meio é o fato do Renascimento ter impulsionado a reforma na educação. Com isso Monroe destaca que na verdade, após o fim do movimento da Renascença, os líderes religiosos lançaram mão da educação como principal instrumento das reformas que desejavam realizar.¹⁶⁴

Em meio a tamanha barbárie vivenciada pela Inquisição, Lutero teve influência na escolarização popular. Suas obras tinham a característica de serem facilitadoras de interpretação, dentre as quais podem ser citados o Catecismo Maior, voltado para o público de adultos, e o Catecismo Menor, voltado para as crianças, tais obras foram consideradas pelo próprio Lutero como bíblia para leigos, em razão da sua simplicidade de interpretação.¹⁶⁵

A partir da Reforma Protestante, tornou-se possível observar o lúdico no ensino da religião, visto que Lutero propõe outra forma de ensino:

Ora, a juventude tem que dançar e pular e estar sempre à procura de algo que cause prazer. Nisso não se podia impedi-la nem seria bom proibir tudo. Por que então não criar escolas desse tipo e oferecer-lhes estas disciplinas? Visto que, pela graça de Deus, está tudo preparado para que as crianças possam estudar línguas, outras disciplinas e História com prazer e brincando. Pois as escolas de hoje já não são mais o inferno e purgatório de nossas escolas, nas quais éramos torturados com declinações e conjugações, e de tantos açoites, tremor, pavor e sofrimento não aprendemos simplesmente nada. [...] Falo por mim mesmo, se eu tivesse filhos e tivesse condições não deveriam aprender apenas as línguas e a História, mas também deveriam aprender a cantar e estudar música com matemática. Pois o que é tudo isso a não ser meras brincadeiras de crianças nas quais os gregos outrora educaram suas crianças e do que resultavam pessoas excelentes, preparadas para toda sorte de atividades.¹⁶⁶

Tradicionalmente, a religião é rodeada por ritos e atividades de cunho tradicional, contudo é comum anualmente, no mês de junho, sobretudo no interior do Brasil a realização das festas populares. Nesse contexto é possível perceber a interação entre o lúdico e o religioso nos rituais, celebrações e quermesses com queimas de fogos, o pau de sebo, a fogueira, a dança de quadrilha e as comidas típicas, é neste universo que ainda hoje a cultura religiosa mescla a dimensão social e a sobrenatural. É neste campo de relação entre o lúdico e o religioso que se busca o desenvolvimento de seu método educativo, propiciando uma

¹⁶³ MONROE, P. *A reforma, a contra-reforma e o conceito religioso de educação: História da educação*. São Paulo: Companhia Nacional, 1968. p. 194.

¹⁶⁴ MONROE, 1968, p. 194.

¹⁶⁵ MONROE, 1968, p. 195.

¹⁶⁶ LUTERO, 1995, p. 319.

compreensão da religião como experiência lúdica, aprofundando o conhecimento acerca da relevância do lúdico na didática do Ensino Religioso.

Pertinente se fazer, no entanto, uma diferenciação entre o Catecismo Maior e Menor. Segundo o Dicionário Aurélio, a palavra catecismo significa conjunto dos ensinamentos e dos princípios de uma religião, seus dogmas e preceito.¹⁶⁷ Em meio a seus estudos Lutero pode notar que o homem pobre não tinha conhecimento da doutrina cristã, assim destinou o Catecismo Maior para leitura em família, e para uso de pregadores, enquanto o Catecismo Menor se dava na forma de cartazes para que fosse possível atingir a população pobre.¹⁶⁸ Assim tendo se justificado, Lutero:

A lamentável e mísera necessidade experimentada recentemente quando também fui visitador, é que me obrigou e me impulsionou a preparar este catecismo ou doutrina cristã nesta forma breve, simples e singela. Meu Deus, quanta miséria não vi! O homem comum não sabe nada da doutrina cristã, especialmente nas aldeias. E, infelizmente, muitos pastores são de todo incompetentes e incapazes para a obra do ensino.¹⁶⁹

Ferreira preconiza que a religião é uma das fundações mais antigas da humanidade, sendo que sua existência é garantida pela sociedade, considerando que é na própria sociedade que a religião se realiza. Ferreira vai além, destacando que, as incertezas da vida do homem, tais como o dia de amanhã, e angústias que permeiam a vida em sociedade. A religião torna-se as respostas pelas quais o homem busca de forma constante, que por vezes nem mesmo a ciência é capaz de traduzir tais respostas.¹⁷⁰ Com esse efeito, a religião trouxe influências na seara da educação, vez que conforme Aguiar dispõe, o ensino da educação básica era exercido pela igreja no período medieval. É por meio do ensino promovido pela igreja que Durkheim destaca a origem do sistema de ensino.

Escolas de catequização das igrejas, escolas claustrais monásticas, eis o gênero muito humilde e modesto donde saiu todo nosso sistema de ensino. Escolas elementares, universidades, colégios, tudo nos veio de lá; e eis por que de lá precisamos partir. E porque nossa organização escolar, em toda sua complexidade, derivou mesmo dessa célula primitiva é que ela também nos explica, e somente ela pode, alguns dos caracteres essenciais que têm apresentado ao longo de sua história ou manteve até os dias de hoje.¹⁷¹

¹⁶⁷ FERREIRA, A. B. H. *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010. p. 91.

¹⁶⁸ LUTERO, M. *Obras selecionadas, volume 7*. São Leopoldo: Comissão Interluterana de Literatura Sinodal, 2000. p. 447.

¹⁶⁹ LUTERO, 2000, p. 447.

¹⁷⁰ FERREIRA, I. V. A religião como necessidade social. *Revista Cogitationes*, Juiz de Fora, v. 3, n. 7, 2012. p. 5-17.

¹⁷¹ DURKHEIM, E. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 30.

Certo é que a educação nem sempre foi acessível à maioria da população. O apontamento de miserabilidade feito por Lutero não era fato exclusivo do seu tempo. Segundo dispõe Hoornaert, Jesus viveu num universo sem letras, de modo que 97% da população palestina de sua época era analfabeta, sendo a religião um importante elemento social.¹⁷²

Considerando o impacto social trazido pela religião para a vida em sociedade, e que os primeiros livros não eram de tão fácil manuseio como os atuais, bem como o tamanho da miserabilidade da sociedade, destacada por Lutero, eis que os textos eram lidos diante da população analfabeta, conforme dispõe Horellou-Lafarge:

Os primeiros livros tinham grande tamanho: entre 35 e 50 cm de altura por 25 a 30 cm de largura, e, por isso, de manuseio difícil. Eram, antes de tudo, o receptáculo da palavra divina e serviam de suporte a uma leitura pública para uma população analfabeta. Eram lidos em voz alta por leitores que marcavam a cadência salmodiando.¹⁷³

A imaginação não é apenas desenvolvida por pessoas analfabetas, essa capacidade é intrínseca ao ser humano, sendo este definido pela ciência como um ser racional. Nesse contexto, segundo Alves, para a religião, não importam os fatos e as presenças que os sentidos podem agarrar, importam os objetos que a fantasia e a imaginação podem construir.¹⁷⁴

Nessa linha de pensamento, conclui-se que entidades religiosas são imaginárias, mas com total cautela quanto à interpretação do que seria esse imaginário.¹⁷⁵ Para Alves, quando se afirma que a religião seria imaginária, não a coloca no ponto de ser uma invenção, mas, sim, no sentido de que esta atua de modo a elevar o imaginário do ser humano.¹⁷⁶

Por imaginário entende-se aquilo que pertence à imaginação, ou seja, não integra o mundo real, está restrito ao campo da imaginação de cada indivíduo.¹⁷⁷ Pereira assim define o imaginário:

O imaginário representa, assim, um conjunto de fenômenos complexos que intervêm objetivamente na vida social da pessoa religiosa, determinando o comportamento, seja ele cognitivo, ideológico, normativo, como também crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens que transformam o indivíduo e o meio social em que ele vive. Desse modo, o imaginário é responsável por boa parte do poder simbólico da religião.¹⁷⁸

¹⁷² HOORNAERT, E. *Origens do cristianismo*. São Paulo: Paulus, 2016. p. 45.

¹⁷³ HORELLOU-LAFARGE, C. *Sociologia da leitura*. Cotia: Ateliê Editorial, 2010. p. 27.

¹⁷⁴ ALVES, R. *O que é religião?* Coleção Primeiros Passos. Abril Cultural, 1984. p. 44.

¹⁷⁵ ALVES, 1984, p. 47.

¹⁷⁶ ALVES, 1984, p. 47.

¹⁷⁷ PEREIRA, J. C. *O poder simbólico da religião: a dialética da exclusão e inclusão nos espaços sagrados da igreja católica na região metropolitana de São Paulo*. 2008. 61 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008. p. 28.

¹⁷⁸ PEREIRA, 2008, p. 28.

Pereira afunila o entendimento dentro da seara da religião definindo que se entende por imaginário religioso a universalidade que existe no pensamento. É justamente nesse cenário que se faz necessário que a pessoa, no processo de formação ideológica seja motivada a trabalhar o seu imaginário de forma eficaz, o que é possível por meio do desenvolvimento de atividades lúdicas na ministração do Ensino Religioso para crianças e adolescente.¹⁷⁹

Na atualidade quando se analisa os textos sagrados, em específico a Bíblia, há uma complexa missão de compreensão do que foi escrito há séculos, certo é que interpretar um livro de literatura é uma tarefa completamente diversa de se interpretar um texto bíblico.¹⁸⁰ O imaginário se desprende em lapso temporal do passado, presente e futuro. Quando Maria Strôngoli e Couto trabalham a relação da religião com a sociedade e o imaginário, precisamente pontuam que o imaginário, por sua vez, é o dinamismo biopsicopulsional que integra o indivíduo no espaço, tempo e reflexões despertadas por uma determinada utopia, fé ou crença.¹⁸¹ Ou seja, o meio em que o indivíduo está integrado será de importante relevância para se desenvolver o imaginário.¹⁸² Assim, Strôngoli e Couto destacam a necessidade de análise do conteúdo linguístico que envolve a religião.

Convém examinar seu aspecto linguístico, visual ou sensorial, enfim, as formas de persuasão e expressão de seus simbolismos e práticas. É isto que faz toda a complexidade da semiótica religiosa: ela precisa sempre se interrogar sobre as formas do simbólico e, ao mesmo tempo, constituir uma semiótica do real e uma semiótica do imaginário.¹⁸³

Conforme destacado, o imaginário está intimamente ligado ao meio em que se relaciona. Uma vez que a religião apresenta-se dotada de simbolismo e expressões, o trabalho desenvolvido com mecanismos lúdicos proporciona a efetiva compreensão do seu conteúdo.¹⁸⁴ Não se pode olvidar que muitos têm sido os mecanismos voltados para o desenvolvimento do imaginário ante a temática da religião, não sendo raros os programas de rádio e televisão que propagam ensinamentos religiosos.¹⁸⁵

¹⁷⁹ PEREIRA, 2008, p. 29-30.

¹⁸⁰ STRÔNGOLI, M. T. Q. G.; COUTO, E. K. N. N. Religião: entre a sociedade e o imaginário. *Revista de história*. João Pessoa, 2014, p. 250.

¹⁸¹ STRÔNGOLI; COUTO, 2014, p. 250.

¹⁸² STRÔNGOLI; COUTO, 2014, p. 250.

¹⁸³ STRÔNGOLI; COUTO, 2014, p. 252.

¹⁸⁴ STRÔNGOLI; COUTO, 2014, p. 252.

¹⁸⁵ STRÔNGOLI; COUTO, 2014, p. 253.

Ao longo da história, a fé e a prática da religião têm sido uma parte importante da sociedade, preocupando-se em oferecer uma explicação ao desconhecido.¹⁸⁶ A religião surgiu em algum momento entre os períodos Paleolítico e Neolítico, assim que os primeiros grupos humanos tornaram-se sedentários.¹⁸⁷ As primeiras manifestações religiosas relacionavam-se com os fenômenos da natureza, ou seja, os fenômenos naturais eram entendidos como uma manifestação divina. Com o desenvolvimento da humanidade e o surgimento de novas culturas, novos tipos de religião foram surgindo em diferentes partes do planeta.¹⁸⁸

Importante, antes de avançar no tema, fazer uma diferenciação entre Ensino Religioso e religião, visto que um não pode ser confundido com o outro. Com relação à religião, palavra de origem latina *religio*, em seus primórdios, concebia a ideia de um conjunto de regras, sermões e proibições, sem se valer de divindades, mitos, rituais e afins. Religião, é um termo que se originou do contexto histórico do ocidente, bem como, sofreu inúmeras alterações ao longo do tempo, podendo-se inferir que, a palavra não tem um conceito original ou absoluto.¹⁸⁹

A verdade é que, o termo religião, deveria ser aplicado quando os fenômenos e acontecimentos históricos forem pertinentes para se encaixarem no sentido funcional da palavra. O mais aceitável, seria dizer que religião significa, de fato, uma reunião sistemática universal, que engloba diferentes costumes e doutrinas, relacionados a seres sobrenaturais, surgidos dentro de contextos históricos e, conforme a cultura pré-estabelecida.¹⁹⁰

Com base nisso, pode-se diferenciar religião de Ensino Religioso, por alguns motivos. Primeiramente, é função da disciplina em questão, ajudar o estudante a lidar e entender os fatos em sua volta, ou seja, assimilar seus limites e, a partir disso, lidar com questões simbólicas. Portanto, o Ensino Religioso está diretamente ligado à vida, bem como, como uma pessoa pode moldar seus comportamentos, de forma ética, que irão se refletir ao decorrer de sua jornada.¹⁹¹

Diante disso, fica claro que numa sala de aula, devem ser abordadas questões sobre limites, superações, experiências e afins. Aqui, o foco é experiências pessoais, interpretações próprias e livres, não específicas, como seria em uma religião.

¹⁸⁶ PEREIRA, 2008, p. 30.

¹⁸⁷ PEREIRA, 2008, p. 30.

¹⁸⁸ PEREIRA, 2008, p. 30.

¹⁸⁹ SILVA, E. M. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. *Revista de Estudos da Religião*, Campinas, n. 2, p. 1-14, 2004. Disponível em: : <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

¹⁹⁰ SILVA, 2004.

¹⁹¹ MAKIYAMA, M. T. *O ensino religioso*. São Paulo, 2009.

¹⁹¹ MAKIYAMA, 2009.

Frente à evolução experimentada pela religião ao longo da história, apresenta-se de grande relevância a promoção de uma análise mais aprofundada quanto à proposta tradicional de implementação do Ensino religioso.

2.1 Proposta tradicional do Ensino Religioso

O Ensino Religioso na educação brasileira passou por uma série de modificações ao longo dos anos, sendo certo que a religião sempre esteve entranhada no acesso à educação. Conforme a análise já apresentada, irrefutável o fato que segundo Sottomaior, a nação surgiu como um grande projeto de dominação etnocêntrica, culturocêntrica e monorreligiosa, isso em virtude do processo de colonização brasileiro ter se dado pelo então Império Português, cuja doutrina religiosa e política se embasavam nos ensinamentos da Igreja Católica.¹⁹²

Sottomaior ainda dispõe sobre a forte influência da Igreja quando esta mostra seu poder na expansão do império português, por meio das bulas papais, que lhe davam diretrizes autorizadoras para a livre permissão de invadir, buscar, subjugar os sarracenos e pagãos, nos termos da Bula Dum Diversas.¹⁹³ Acerca das bulas papais Sottomaior conclui que:

O Estado Português estava autorizado pela Igreja Católica Apostólica Romana a prender, escravizar e tomar as propriedades de todos que não fossem cristãos; A conversão forçada era estimulada, e seu objetivo último era a conquista total todos os indivíduos de todas as partes da Terra à fé católica, além de escravos tomados pela força, a bula reconhecia outros legitimamente adquiridos por contrato de compra.¹⁹⁴

Assim é nítido que a Igreja Católica era detentora de grande poder como destacado, e ainda no período medieval, no que diz respeito ao Ensino Religioso, insistia no uso do latim, isto porque era a língua oficial da Igreja Católica Romana. Peter Burke destaca que durante a maior parte da história da Igreja Católica Romana o latim era a língua oficial, não se restringindo à liturgia, mas sendo utilizada em outros assuntos da igreja.¹⁹⁵

Em meio à idade média, a arte na forma do teatro medieval ganhou forças, uma vez que conforme destaca Santos, o teatro quase desapareceu na Europa, no período

¹⁹² SOTTOMAIOR, D. *O Estado laico*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. p. 27.

¹⁹³ SOTTOMAIOR, 2014. p. 27.

¹⁹⁴ SOTTOMAIOR, 2014, p. 31

¹⁹⁵ BURKE, P. *A arte da conversação*. São Paulo: Universal Estadual Paulista, 1995, p. 53.

compreendido entre a queda do Império Romano do Oriente até a queda do Império Romano do Ocidente, até no início do Século XI, o espetáculo do trovador ganha espaço.¹⁹⁶

Contudo, a maior relevância a ser destacada no teatro medieval é a sua relação com a Igreja. Gassner destaca que o traço mais marcante do teatro medieval foi seu início como uma comunhão na igreja e terminou como uma festa comunal, isso porque em uma de suas modalidades, teatro sacro, era apresentado dentro das igrejas, consistindo em encenações de temas extraídos das passagens bíblicas e encenados aos fiéis.¹⁹⁷

Desta forma, é possível observar-se que nesse momento há a utilização do lúdico no contexto religioso para a melhor compreensão dos textos bíblicos nos templos. Indiscutível o fato de que trazer a arte do teatro para os templos aproximava o povo do contexto bíblico, tornando real a sua compreensão, a considerar que naquela época as missas católicas eram realizadas no latim, e nem todos dominavam o idioma.¹⁹⁸ É justamente nesse sentido que Gassner destaca a relevância do teatro nas igrejas:

[...] uma vez que a dramaturgia conquistara um tema rematado nas narrativas bíblicas e se tornara flexível, bem como compreensível para aqueles que não conheciam o latim, dela podiam se encarregar laboriosas classes médias das cidades. Ademais, as representações transcenderam os limites físicos das catedrais e tiveram de ser encenados no adro, finalmente foram transferidos para as ruas e praças públicas. Mais uma vez, como na Grécia, o drama deixou a Igreja.¹⁹⁹

Mesmo com propagação do teatro como medida lúdica para compreensão dos textos religiosos que eram lidos apenas em latim pela igreja católica, era nítida a necessidade de o povo ter acesso aos textos sagrados no idioma de seu domínio.²⁰⁰

Nesse contexto passou a fazer com que seus impressos fossem divulgados nos dois idiomas, resultando no maior alcance dos textos bíblicos, a considerar que tamanha era a população sem instrução, e que nada compreendia o latim.²⁰¹ Quando o ouvinte não compreende o que lhe é dito isso torna prejudicada a absorção do conteúdo ora apresentado, por isso é crucial que a apresentação de qualquer temática seja compatível com o discernimento dos envolvidos.²⁰² Neste contexto Freire pontua que quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e

¹⁹⁶ SANTOS, F. S. O pensamento medieval visto pelo teatro: todo mundo – um ancestral representante do embate entre o bem e o mal. *Revista Eletrônica do Grupo PET*. São Paulo, v. 2. n. 2, p. 1, 2006.

¹⁹⁷ GASSNER, J. *Mestres do teatro I*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 155.

¹⁹⁸ GASSNER, 1974, p. 155.

¹⁹⁹ GASSNER, 1974, p. 162.

²⁰⁰ GASSNER, 1974, p. 163.

²⁰¹ LUTERO, 2000, p. 461.

²⁰² LUTERO, 2000, p. 461.

procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.

Com o avanço da Reforma, Lutero, se posiciona acerca de suas publicações em alemão.

Não me envergonho nem um pouco de pregar e escrever em alemão para os leigos sem instrução. Embora também nisto eu não seja bom, quer-me parecer que, se até agora tivéssemos nos aplicado a isso e de agora em diante o fizéssemos mais, isto redundaria para a cristandade em vantagem não pequena e num melhoramento maior do que aquele proporcionado pelos elevados e volumosos livros e questionones que somente são tratados nas escolas, entre os eruditos.²⁰³

Lutero quando assim se posiciona faz uma densa crítica à sociedade, que ministrava os estudos bíblicos entre as pessoas de vasta instrução, ou seja, os abastados financeiramente, e, por consequência, excluindo abertamente a população de baixa renda.²⁰⁴ Por tais razões, quando faz sua tradução para o alemão, Lutero utiliza uma linguagem simples, a verdadeira linguagem do povo, para que fosse de alta abrangência a propagação do ensino bíblico, a fim de se ultrapassar as barreiras sociais.²⁰⁵

Lienhard destaca que Lutero fez avançar, sem levar a cabo, o processo de unificação, seus dons linguísticos e sua vontade de estar à escuta do povo levaram-no a adotar um linguajar que convinha bem, tanto ao povo quanto aos juristas e letrados, ou seja, verdadeiro processo de inclusão social.²⁰⁶

O desenvolvimento da experiência de Lutero fez muito mais que levar ensinamentos bíblicos a uma parcela da população, fez com que uma parcela da população tivesse acesso ao novo, à exploração do desenvolvimento de uma forma de pensar jamais vista por aquelas pessoas não abastadas financeiramente.²⁰⁷ Desta forma, é possível observar o surgimento do lúdico no Ensino Religioso, ainda que de caráter confessional e proselitista, teve um relevante destaque para que as pessoas pudessem ter suas próprias convicções.²⁰⁸

Conforme descreve Sabaini, a Igreja atribui ao papa, o título de sucessor do apóstolo São Pedro, e por meio da Reforma buscou-se o livre e individual acesso das pessoas à leitura da bíblia, podendo assim interpretá-la conforme suas convicções, mas, conforme a

²⁰³ LUTERO, 2000. p. 101.

²⁰⁴ LUTERO, 2000, p. 101.

²⁰⁵ LUTERO, 2000. p. 101.

²⁰⁶ LINHENAHRD, M. *Martim Lutero: tempo, vida e mensagem*. São Leopoldo: Sinodal, 1998. p. 227.

²⁰⁷ LINHENAHRD, 1998. p. 227.

²⁰⁸ LINHENAHRD, 1998. p. 227.

interpretação de outros segmentos do cristianismo, que logo passou a ser reconhecido como protestantismo.²⁰⁹

Assim, Lafer afirma:

A passagem das prerrogativas estamentais para os direitos do homem encontra na Reforma, que assinala a presença do individualismo no campo da salvação, um momento importante na ruptura com uma concepção hierárquica de vida no plano religioso, pois a Reforma trouxe a preocupação com o sucesso no mundo como sinal de salvação individual. Dessa ruptura da unidade religiosa deriva o primeiro direito individual reivindicado: o da liberdade de opção religiosa.²¹⁰

A liberdade de opção religiosa se trata de um processo muito mais denso que simplesmente escolher por seguir a religião A ou B é por meio dessa manifestação que torna-se possível vislumbrar o homem exteriorizar o seu aprendizado.²¹¹ Quando deu-se a Reforma, segundo Sabaini, a exacerbação da intolerância religiosa e o aumento de perseguições efetuadas pela Igreja Católica foram responsáveis por provocar o movimento da Contrarreforma, a considerar que o povo estava estarecido com a Inquisição, levando pessoas à morte na fogueira pelo simples fato de discordarem da Igreja Romana.²¹²

Alves esclarece que o que importa na caracterização do fundamentalismo não são as ideias que ele afirma, mas o espírito com que ele as afirma, ou seja, sabendo-se que a religião é dotada de preceitos morais e conduta, fazendo com que o homem analise seus conceitos mais intrínsecos.²¹³ Por traz de cada narrativa religiosa sempre se buscará a aplicação na vida cotidiana, a fim de se ter melhorias no convívio em sociedade.²¹⁴

Com base nessa evolução histórica, o Ensino Religioso se desenvolveu no processo educacional, desde o período colonial até o contexto contemporâneo, sob a proposta de levar ao discente a análise e compreensão do que é sagrado, dentro da cultura atual.²¹⁵ O Ensino Religioso possui marcas em seu desenvolvimento que vão muito além das questões puramente políticas e religiosas, a ciência do Ensino Religioso, em sua história, teve os registros de

²⁰⁹ SABAINI, W. T. *Estado e religião: uma análise à luz do direito fundamental à liberdade de religião no Brasil*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010. p. 49-50.

²¹⁰ LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hanna Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 121.

²¹¹ SABAINI, 2010, p. 52.

²¹² SABAINI, 2010, p. 52.

²¹³ ALVES, R. *O enigma da religião*. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2006. p. 04.

²¹⁴ ALVES, 2006, p. 04.

²¹⁵ FIGUEIRA, E. *O ensino religioso e a educação humanista numa era secular*. 2012. p. 13. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/d731/5949df93a9b662388fad3eed152720624364.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

diversas formas de ministração, podendo ser pontuado o ensino catequético, confessional, interconfessional, dentre outros conforme, pontua Figueira.²¹⁶

A vigente Carta da República na temática religião não mediu esforços para assegurar que o Estado fosse laico e houvesse o respeito mútuo de crenças. Inicialmente no artigo 5º, trouxe como direito fundamental a inviolabilidade de crença, e o livre exercício dos cultos religiosos.²¹⁷ Não obstante, o novo e vigente texto constitucional proibiu os entes federados de estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público, tudo na forma de seu artigo 19, inciso I.²¹⁸ Contudo, o STF deliberou em 27 de setembro de 2017 pela constitucionalidade de ministrar-se o Ensino Religioso confessional inclusive nas escolas públicas.

Por fim, a Seção I, do Capítulo III da Carta da República foi dedicada a tratar da temática educação, não olvidando-se em pontuar acerca do Ensino Religioso, deixando a cargo do artigo 210, como se observa.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.²¹⁹

A Carta da República de 1988 é a mais garantista da história do Brasil no aspecto do Ensino Religioso trouxe duas condições, a primeira é a possibilidade dos alunos escolherem se desejam ou não cursar a disciplina, entretanto, noutra giro a lei maior impõe que o Ensino Religioso é uma disciplina de caráter obrigatório nas escolas públicas de ensino fundamental. Assim tem-se que a obrigatoriedade do Ensino Religioso ocorrerá para os alunos de até quatorze anos (idade média para conclusão do ensino médio).

A Carta da República de 1988 trouxe como direito fundamental a crença e manifestação religiosa.²²⁰ Em respeito aos demais preceitos constitucionais a religião é um dos fenômenos mais antigos da cultura humana, contudo compreende-se a partir de si mesma, religiosamente. O Ensino Religioso enquanto disciplina escolar deve dar conta do fenômeno

²¹⁶ FIGUEIRA, 2012, p. 13.

²¹⁷ FIGUEIRA, 2012, p. 14.

²¹⁸ FIGUEIRA, 2012, p. 14.

²¹⁹ BRASIL, 1988, p. 38.

²²⁰ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017, p. 1.

religioso. No entanto, em setembro de 2017, o Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI – nº 4439, entendeu que o Ensino Religioso nas escolas públicas pode ter natureza confessional.²²¹

A então presidente do STF, ministra Carmen Lúcia, seguindo pela improcedência da ação constou em seu voto que “a laicidade do Estado brasileiro não impediu o reconhecimento de que a liberdade religiosa impôs deveres ao Estado, dentre estes a oferta de Ensino Religioso com a facultatividade de opção por ele”.²²²

Com base na Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, destaca-se a essência da educação:

Compreender e realizar a educação, entendida como um direito individual humano e coletivo implica considerar o seu poder de habilitar para o exercício de direitos e potencializar o ser humano como cidadão pleno, de tal modo que se torne apto para viver e conviver nos diversos ambientes.²²³

É justamente nessa ótica que o educador deve se moldar para inovar e para aplicar metodologia eficaz aos discentes que estão em processo de formação de conceitos.²²⁴ Ante a esse caráter inovador que deve existir na condução da docência do Ensino Religioso Cunha orienta que:

Por ser o aprendizado na área do ensino religioso, um processo profundamente enraizado nas tradições do cristianismo e nos ensinamentos da igreja católica, exige-se uma metodologia em sala de aula inovadora e interdisciplinar, acessível às mudanças de cada época. Para tanto, faz-se necessário que o educador compreenda a realidade educacional e que trace com os alunos o perfil histórico do conteúdo a ser trabalhado, conhecendo as origens, as controvérsias e os avanços históricos no desenvolvimento da disciplina.²²⁵

Portanto, há uma perfeita concordância com a autora no que diz respeito à aplicação de didática inovadora. Sendo que o desenvolvimento do Ensino Religioso por meio de didática inovadora se realiza, perfeitamente, com o desenvolvimento de atividades lúdicas. Frente a esse contexto destaca-se a relevância de buscar-se um maior aprofundamento quanto à importância do lúdico na didática que norteia o Ensino Religioso.

²²¹ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017, p. 1.

²²² SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017, p. 1.

²²³ BRASIL, Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. *Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 16.

²²⁴ CUNHA, C. B. O ensino religioso na escola pública e suas implicações em desenvolver o senso de respeito e tolerância dos alunos em relação aos outros e a si próprios. *Revista Sacrilogens*, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p. 176 - 181, 2011.

²²⁵ CUNHA, 2011, p. 176-181.

Devido à grande aproximação de Estado e Igreja no período colonial e Brasil Império, o ensino religioso sempre esteve presente nos momentos e ambientes assim considerados como de ensino.²²⁶ O papel do ensino tinha como base o ato de catequisar. Entretanto, com a separação de Estado e Igreja esse Ensino Religioso monopolizado pela igreja católica passou por uma crise, e então, em 1891 ficou determinado, por meio da nova constituição, em seu art. 72, §3º e 6º que o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino tornar-se-ia laico.²²⁷

O dispositivo acima citado destacou que o ensino religioso não poderia ser ministrado em centros de ensino mantidos pelo governo, devendo ser ministrado somente em alguns estabelecimentos específicos, como escolas de cunho religioso, por exemplo.²²⁸ Durante os anos que se seguiram, com seus acontecimentos e suas novas constituições, o Ensino Religioso continuou a ser requisitado e discutido pela igreja católica, conseguindo algumas vezes sua prevalência e em outras não. Desde 1988, data da última constituição, o Estado se mantém em sua laicidade e o Ensino Religioso permanece com o objetivo de formar os cidadãos.²²⁹

Sempre presente nas escolas para as turmas de ensino fundamental, sendo aplicada a todos a mesma ideia religiosa ali ministrada, as discussões sobre o modelo de Ensino Religioso continuaram. Esse assunto sempre foi de grande interesse, não só por parte de uma instituição religiosa em específico, mas das outras religiões, dos pais, da escola, do povo em geral.²³⁰

Tal assunto mostra-se interessante também para o Estado, chegando a ser alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade pela Procuradoria Geral da República que cobrava que o Ensino Público Religioso fosse sempre de natureza não confessional e facultativo.²³¹ Assim, em 2017 o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente tal pedido, e desde então, o modelo de ensino religioso nas escolas é confessional, sendo a disponibilização da matéria obrigatória para o ensino fundamental. A matrícula do aluno para tal disciplina é

²²⁶ NERY, José Israel. O ensino religioso escolar no Brasil no contexto da história e das leis. *Revista de Educação da AEC*, Brasília, v. 2, n. 88, p. 7 -20, jul.- set 1993.

²²⁷ NERY, 1993, p. 7 -20.

²²⁸ NERY, 1993, p. 7 -20.

²²⁹ NERY, 1993, p. 7 -20.

²³⁰ NERY, 1993, p. 7 -20.

²³¹ MELO, R. P. *Um olhar sobre a disciplina Ensino Religioso na Rede Pública de ensino brasileiro a partir de seus aspectos jurídicos de formação e estabelecimento*. 2015. p. 28. Disponível em: <<https://itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/t184.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

optativa, contudo, além da decisão do Supremo, há também a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.²³²

A junção da decisão do Supremo mais o que já estava estabelecido na Lei significa dizer que, necessariamente, haverá aulas de religião nas escolas públicas no horário normal das aulas já existentes, nessas aulas serão ministradas informações e conteúdos sobre uma religião, porém, o aluno terá total liberdade para assisti-las ou não.²³³ Fica evidente que o ensino religioso, principalmente no século XX, esteve à mercê do contexto político, sócio e econômico do período, assim como dos indivíduos responsáveis e suas ideias. Como consequência, Brasil não possui uma visão unânime na aplicação desse conteúdo.²³⁴

A ambiguidade deixada por isso leva a distorções na aplicação dessa disciplina, levando a métodos e modelos pouco ortodoxos e atitudes muitas vezes discriminatórias por parte dos professores, ações que podem refletir-se em outros educadores. As diferenças entre os modelos de Ensino religioso já partem da premissa utilizada para justificar a disciplina, o que difere para cada educador é que podem ser adotadas razões antropológicas, teológicas ou até mesmo filosóficas.²³⁵ Segundo Freinet, dentre esses modelos podem ser citados:

Modelo confessional: é definido pelo ensino de conteúdos doutrinários aos seus alunos, com a afirmação de que, uma vez matriculados nas escolas, estão sujeitos à confessionalidade da instituição. É mais comum em colégios confessionais cristãos. Há religiosos e educadores designados com esse modelo que preservam a ideia de que também haja diferentes turmas de Ensino Religioso conforme as diferentes confissões religiosas dos alunos.

O Ensino Religioso ministrado de forma confessional é um modelo que não está mais formalmente presente na legislação da escola pública estadual de Minas Gerais, embora o discurso e a prática de muitos professores o denunciem.²³⁶ É, sobretudo na linguagem corrente, no currículo adotado e na metodologia e recursos didáticos utilizados por esses professores que é possível identificar esse modelo, como, por exemplo, a prevalência do uso de títulos de fé, dogmas, temas e textos sagrados próprios de determinadas confissões religiosas.²³⁷

Modelo ecumênico ou irênico: o Ensino Religioso acontece numa condição tal que atende às confissões cristãs, sobretudo àquelas que estão engajadas no Movimento

²³² MELO, 2015, p. 28.

²³³ FREINET, Célestin. *A educação do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 79.

²³⁴ FREINET, 1998, p. 79.

²³⁵ FREINET, 1998, p. 79.

²³⁶ FREINET, 1998, p. 80.

²³⁷ OLIVEIRA, E. T. *Ensino Religioso: fundamentos epistemológicos*. Curitiba: IBPEX, 2009, p. 56.

Ecumênico, o qual busca reconstruir a unidade entre os cristãos a partir do diálogo e do engajamento comuns, enfatizando mais as semelhanças que as suas diferenças. A palavra irênico, vem do grego, e *eirene*, que significa *paz*.²³⁸

O grande entrave desse modelo de ensino é propriamente seu destaque especialmente cristão, privilegiando essa matriz confessional pois se embasa numa teologia que a declara como um caminho privilegiado para a relação transcendente, e molde para as demais matrizes confessionais.²³⁹

Modelo interconfessional: nesse modelo o Ensino Religioso é ministrado de tal forma que se torna compatível com todas as confissões religiosas, sem levar a doutrinações nem exclusividades. Sem estar limitado aos cristãos, é capaz de atender a todos os grupos religiosos. A limitação desse modelo de ensino, consiste em, basicamente, presumir a opção prévia dos alunos por uma comunidade religiosa ou uma religião, o que nem sempre ocorre, diante das atuais correntes de pluralismo religioso.

As características desse modelo são: o trânsito religioso, que se baseia na frequência simultânea a distintas religiões; a privatização do sagrado, que se traduz no fato de que cada pessoa tende a moldar, criar, a sua própria religião, para isso apropriando-se de fragmentos e de elementos provenientes de diversos e diferentes sistemas religiosos e a expansão e o deslocamento do sagrado, em que o sentido religioso é atribuído também à ciência, à arte, ao esporte, à mercadoria, às associações não-governamentais.²⁴⁰

Essas instâncias, embora não remetam diretamente a potências ou a seres sobrenaturais, podem preencher alguns significados da religião, como sua força coercitiva e sua capacidade integradora, e produtora de sentido, menos permanente e mais transitório, para seus frequentadores. É que além do modelo atualmente adotado, as escolas dispõem de outros moldes para aplicar o Ensino Religioso aos alunos, e, por se tratar de um assunto pessoal, vasto e importante, leva a discussões e questionamentos.²⁴¹

Saber da disponibilidade de outros modelos e principalmente, da não obrigatoriedade dos alunos em assistir as aulas demonstra uma clara evolução desde a concepção desse ensino, que em seu início era completamente dominado pela igreja. Sendo a religião base importante na formação do ser humano é importante que esse assunto siga sendo discutido, e acima de tudo levado ao conhecimento dos alunos, a fim de que seja instigado o pensamento crítico, a

²³⁸ OLIVEIRA, 2009, p. 56.

²³⁹ OLIVEIRA, 2009, p. 56.

²⁴⁰ OLIVEIRA, 2009, p. 57.

²⁴¹ OLIVEIRA, 2009, p. 57.

personalidade e que se sintam à vontade para interagir sobre o que trazem de casa, sobre a concepção que já tem.²⁴²

A utilização do Ensino Religioso vai além de ministrar alguma fé, mas relatar a história, os fatos, os acontecimentos, e todo esse trabalho, esse caminho percorrido é de suma importância na formação do indivíduo, pois, ao ser exposto a essas novidades, inicia-se o conhecimento de outras realidades, outras possibilidades e principalmente do respeito aquilo que é diferente de sua realidade, o que sem dúvida é essencial.²⁴³

O Ensino Religioso não está limitado como apenas um componente curricular em instituições de escolares, a ele também está relacionada uma lógica entre secularização e laicidade no interior de contextos históricos culturais e relevantes.²⁴⁴ Nas comunidades ocidentais, principalmente a partir do período contemporâneo, a religião deixou de ser o elemento da ascendência do poder terreno, e paulatinamente foi disponibilizado espaço para que o Estado fosse capaz de se distanciar da religião de forma geral.²⁴⁵

A legislação constitucional torna evidente seu resguardo em relação ao Ensino Religioso na formação básica dos indivíduos, nesse contexto apresenta-se um posicionamento no qual o estado laico não encontra-se impedido de introduzir o Ensino Religioso nas instituições educacionais públicas.²⁴⁶

De acordo com a Lei de Diretrizes e bases da educação (9.394/96) cabe aos Estados a definição de como devem ser ministradas as aulas de religião, dessa forma, as escolas públicas apresentam um ensino interconfessional e confessional, e no caso do estado de São Paulo, especificamente acerca da história das religiões.²⁴⁷

Embora a Carta Magna determine que o Estado deva se abster de qualquer interferência na religião, mantendo neutralidade, cabe a ele dispor sobre o Ensino Religioso nas instituições escolares, não sendo feita nenhuma menção à determinada religião, respeitando-se o caráter laico do Estado, o que realça a contradição existente.²⁴⁸ Todavia, a maneira como a disciplina de Ensino Religioso é organizada e estabelecida no Brasil acarreta

²⁴² FREINET, 1998, p. 81.

²⁴³ OLIVEIRA, 2009, p. 58.

²⁴⁴ CASSEB, S. A. *Ensino Religioso: Legislação e seus desdobramentos nas salas de aula do Brasil*. In: FÓRUM MUNDIAL DE TEOLOGIA E LIBERTAÇÃO, III, Belém, 2009, p. 17.

²⁴⁵ CASSEB, S. A. *Ensino Religioso: Legislação e seus desdobramentos nas salas de aula do Brasil*. In: FÓRUM MUNDIAL DE TEOLOGIA E LIBERTAÇÃO, III, Belém, 2009, p. 17.

²⁴⁶ CASSEB, 2009, p. 17.

²⁴⁷ PAULY, E. L. O dilema epistemológico do ensino religioso. *Rev. Bras. Educ.* Rio de Janeiro, n. 27, 2004. p. 79.

²⁴⁸ NERY, J. I. O ensino religioso escolar no Brasil no contexto da história e das leis. *Revista de Educação da AEC*, Brasília, n. 88, p. 7-20, jul.- set. 1993.

inúmeros debates sobre o tema, em decorrência das divergências promovidas pela legislação infraconstitucional relacionada ao tema.

A outra objeção se refere à discussão sobre o caráter do ensinamento religioso, se causaria ou não, alguma ofensa ao entendimento laico em relação ao Estado. Um olhar mais desatento do dispositivo constante no artigo 11 na PLC 160/09, poderia criar a ideia de ser ele uma simples réplica do disposto no artigo 33 da LDB-EN, em termos exatamente iguais.²⁴⁹ Nesse caso, se o STF entender que é inconstitucional o Ensino Religioso na modalidade confessional, fica confirmado o que diz a LDB-EN, sendo apenas uma continuação sobre a aplicação do estudo na modalidade não confessional do ensino.²⁵⁰

Segundo Nery, para ajudar aos jovens com clareza sobre sua determinação religiosa, as escolas podem fazer esse papel perfeitamente, levando cada aluno em consideração, o que foi ensinado dentro da escola, podendo fazer uma auto-avaliação e formando seu posicionamento sobre a religião e criando ideias claras sobre seu ponto de vista.²⁵¹ Vale lembrar que a inserção do Ensino Religioso nas escolas públicas não ofende o posicionamento laico do Brasil, visto que por ser o Estado laico, não significa ser ele um Estado ateu.²⁵²

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-EN), Lei 9394/1996, logo quando foi criada, foi observado que em seu texto original existiam características de inconstitucionalidade, visto que ela violava o artigo 19, I da Constituição Federal de 1988, ao promover o estabelecimento de um vínculo de dependência entre o Estado e a Religião, e ao delegar as instituições religiosas a atribuição de preparar e credenciar os profissionais responsáveis por lecionarem essa matéria.²⁵³

Dessa maneira, é possível concluir que o Ensino Religioso acabou se chocando com o conceito constitucional pluralista. Com intuito de adequar a redação inicial da nova legislação, foi criada a Lei 9475/1997, trazendo alterações na redação do texto que passou a apresenta-se da seguinte forma:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

²⁴⁹ CAETANO, 2007, p. 31,

²⁵⁰ PAULY, 2004, p. 80.

²⁵¹ NERY, 1993, p. 7-20.

²⁵² NERY, 1993, p. 7-20.

²⁵³ MELO, 2015, p. 30.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso, ²⁵⁴

Em busca de garantir a diversidade religiosa, a legislação federal teve como iniciativa a abordagem do Ensino Religioso por meio de um ponto de vista social e antropológico, procurando se desvincular do ideal de ensino confessional. Com isso, o Ensino Religioso necessita de uma abordagem que leve em conta o conceito cultural e histórico das diversas religiões que existe espalhadas por todo o país. Vale destacar que, o ensino religioso na esfera privada permanece garantindo a possibilidade de continuar sendo de forma confessional.²⁵⁵

A LDB-EN trouxe consigo uma evidente busca pelo estabelecimento da ideia de um ensino não confessional no país. Levando em consideração o fato de que a LDB-EN permanece vigorando desde 1997, sendo adotado no Brasil o Ensino Religioso de caráter não confessional.²⁵⁶

Ao se deparar com esse cenário a Procuradoria Geral da República, em 2010 deu início à propositura da ação direta de inconstitucionalidade nº. 4439 requerendo uma interpretação com base no art. 33, § 1º e 2 da LDB-EN transformando a identificação do Ensino Religioso apenas isento de caráter confessional nas instituições educacionais públicas, juntamente com a não aceitação de profissionais que representem as instituições religiosas. Defendendo ainda a interpretação baseada no artigo 11 de um acordo decorrente do Decreto 7107/2010 cujo intuito é alinhar o Ensino Religioso exclusivamente com um perfil não confessional.²⁵⁷

A proposta de audiência representou a análise da adequação e estruturação do conteúdo Ensino Religioso, frente à precisão de atendimento ao ideal laico de Estado. Diante disso, foram promovidas argumentações relacionadas à promoção da disciplina sob uma ótica confessional ou não confessional, juntamente com a sua viabilidade de sua existência ou não no contexto educacional.²⁵⁸

²⁵⁴ BRASIL. *Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997*. Disponível em: : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19475.htm>. Acesso em: 29 mai. 2020.

²⁵⁵ PIRES, M. *A Religião e o Estado Laico*. 2015, p. 13. Disponível em: : <<https://mauriciopiresadvogado.jusbrasil.com.br/artigos/167709988/a-religiao-e-o-estado-laico>>. Acesso em: 29 maio 2020.

²⁵⁶ PIRES, 2015, p. 13.

²⁵⁷ PIRES, 2015, p. 13.

²⁵⁸ PIRES, 2015, p. 13.

Pertinente ainda destacar que, com base no que preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o Ensino Religioso, assim como as demais disciplinas curriculares, deve considerar alguns objetivos.²⁵⁹

Inicialmente, o Ensino Religioso deve promover o estudo dos conhecimentos religiosos, no que tange à sua cultura, bem como, seus aspectos harmoniosos. Ressalte-se que tal objetivo deverá ser aplicado sempre respeitando as manifestações e crenças religiosas, já radicada nos alunos.²⁶⁰

Segundo, deve o Ensino religioso garantir que os educandos tenham acesso a conhecimentos acerca da liberdade de consciente e de crença, o que leva à construção e efetivação da ideia de que, o Ensino Religioso a ser adotado nas escolas, é aquele não-confessional, isto é, que não vai de encontro a concepções e crenças dos alunos, bem como, trabalha lado a lado com a adoção do Estado laico, na Carta Magna de 1988.²⁶¹

O penúltimo objetivo a ser observado é o de desenvolvimento das destrezas e conhecimentos, dos educandos, para que estes sejam capazes de estabelecer diálogos entre pontos de vista religiosos, sempre atentando ao fato do respeito com relação ao pluralismo de opiniões, bem como, a liberdade de expressão e garantia dos direitos humanos, como cláusulas pétreas que são²⁶².

Por último, os educadores devem se atentar ainda, em proporcionar aos educandos, uma base sólida religiosa, para que, eles próprios possam construir seu pensamento e valores ao decorrer de sua vida, com base na ética e na cidadania.²⁶³

Aprofundando mais, durante o primeiro ano do ensino fundamental, a ideia é trabalhar sentimentos, memórias, o cuidado com o próximo, valores entre outros. A partir do segundo ano, o trabalho é mais voltado para a simbologia religiosa, família e convivência social. Durante o terceiro ano, aprende-se acerca de espaços religiosos e práticas religiosas. No quarto ano, vê-se acerca de ritos, representações religiosas e divindades. No avançar dos demais anos, com esta base pré-estabelecida, são introduzidos demais objetos relevantes, como mitos, ancestralidade, tradições, lideranças religiosas, direitos humanos, crenças, doutrinas, filosofias, valores éticos, vida e morte.²⁶⁴

Com base nisso, pertinente dissertar acerca do conhecimento religioso, que é objeto primordial de estudo do Ensino Religioso, sendo elaborado com base em diversas áreas,

²⁵⁹ BRASIL, 2017.

²⁶⁰ BRASIL, 2017.

²⁶¹ BRASIL, 2017.

²⁶² BRASIL, 2017.

²⁶³ BRASIL, 2017.

²⁶⁴ BRASIL, 2017.

porém, a primordial destas, é a disciplina da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões). Isso porque, é através desta matéria que é analisada a exteriorização dos fenômenos religiosos, isto em diferentes culturas e tipos de sociedade.²⁶⁵

A disciplina da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões), é fundamental, isso em razão de que, pode vir a ser uma resposta definitiva, para questões que o ser humano se propõe a desvendar desde sempre, isto é, acerca dos enigmas da origem de tudo, envolvendo vida, morte, entre outros.²⁶⁶

Tendo que os fenômenos religiosos estão incorporados à essência cultural de toda a humanidade, verifica-se que estes possuem sentidos diversos, a depender do local, da população, da cultura e das crenças do lugar. Ao mesmo tempo que pareça algo simples, na prática se torna complexa a análise, visto as inúmeras ramificações religiosas existentes.²⁶⁷

Mediante isso, é que o Ensino Religioso deve se pautar em conhecimentos e fenômenos religiosos, fundamentado em inferências éticas e da ciência, sem conceder privilégio a nenhuma crença, religião ou concepção, mas sim, considerar todas as culturas, sendo efetivamente, um Ensino Religioso não confessional.²⁶⁸

Nesse contexto é possível perceber a relevância trazida pela implementação do lúdico como mecanismo promotor de aprendizagem, visto que a aplicação do lúdico na disciplina de Ensino Religioso tende a proporcionar aos alunos o estabelecimento de conceitos éticos e morais importantes na sua formação cidadã.

2.2 A relevância do lúdico na didática do Ensino Religioso

O Ensino Religioso mostra-se implacável quando torna-se possível vê-lo como uma disciplina cujo conteúdo irá trazer reflexos para a vida do aluno, e não mais como uma disciplina proselitista, como era visto outrora. Devido a essa relevância é certo que a didática não poderá ser restrita a meios teóricos, de modo a trabalhar apenas em conceitos e não fazendo quaisquer aplicações à vida cotidiana, visto que isso seria limitar a capacidade de cognição do jovem aluno que está em fase de aprendizado.

Quando a disciplina é trabalhada com o aluno para além da teoria, é muito mais eficaz a construção da consciência social no aluno, de modo que a teoria é assimilada na vida cotidiana, contextualizando uma discussão vista na temática do Ensino Religioso para o meio

²⁶⁵ BRASIL, 2017.

²⁶⁶ BRASIL, 2017.

²⁶⁷ BRASIL, 2017.

²⁶⁸ BRASIL, 2017.

em que vive.²⁶⁹ Isso gera a possibilidade de que o aluno tenha o alcance de idealizar o contexto social além de sua realidade, além de possibilitar a formação do sujeito enquanto pessoa para o convívio em sociedade.²⁷⁰

Porto traz a necessidade do desenvolvimento de atividades intelectuais para o desenvolvimento do aluno, conforme se destaca:

[...] a liberdade para o desenvolvimento de atividades intelectuais, religiosas, políticas, econômicas; a igualdade perante a lei, isto é, a igualdade civil já que individual ou socialmente não é possível; o direito natural do indivíduo à propriedade; a convicção de que cada pessoa tem aptidões e talentos próprios (individualismo) que podem e devem ser desenvolvidos ao máximo e finalmente, a democracia como forma de governo mais adequada e a participação coletiva através de representantes de livre escolha de cada um.²⁷¹

Para que o conhecimento atinja o máximo de resultado possível é necessário que seja colocado em prática, visto que trabalhar a teoria de forma isolada não abre possibilidade de fazer com que o discente tenha uma possibilidade de mudar sua realidade. É exatamente nesse contexto que Freire, contextualiza a temática dizendo que a teoria sem a prática vira *verbalismo*, assim como a prática sem teoria, vira *ativismo*, no entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.²⁷²

O lúdico é a maneira de ser do homem na transcorrência da vida; o mágico, o sagrado, o artístico, o científico, o filosófico, o jurídico são expressões do conhecimento lúdico característico da vida. O lúdico significa a experiência de ir e voltar, entrar e sair, expandir e contrair, contratar e romper contratos, o lúdico significa a construção criativa da vida enquanto ela é vivida. O lúdico é um fazer o caminho enquanto se caminha, nem se espera que ele esteja pronto, nem se considera que ele ficou pronto, este caminho criativo foi feito e está sendo feito com a vida no seu ir e vir, no seu avançar e recuar.²⁷³

Portanto, o lúdico corresponde a um importante recurso no desenvolvimento cognitivo dos alunos e que o professor precisa participar de forma ativa em sua promoção. Na prática em sala de aula o lúdico pode auxiliar de forma a contemplar e respeitar as diferenças. As aulas de Ensino Religioso devem ter uma nova roupagem, ou seja, devem ser mais lúdicas e não apenas expositivas.

²⁶⁹ PORTO, M. R. S. Função social da escola. In: FISCHMANN, Roseli (org.). *Escola brasileira: temas e estudos*. São Paulo: Atlas, 1987. p. 36.

²⁷⁰ PORTO, 1987, p. 36.

²⁷¹ PORTO, 1987, p. 37.

²⁷² FREIRE, 1996, p. 47.

²⁷³ FREINET, C. *Pedagogia do Bom Senso*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 91.

A atividade lúdica não é taxativa de modo a elencar quais os trabalhos que se enquadrariam como lúdico, assim não podemos dizer que somente um trabalho com música, teatro, ou discussão de roda de classe, integram o trabalho lúdico.²⁷⁴ Conforme os ensinamentos de Freinet, a desenvoltura de quaisquer atividades pelo docente poderia atingir o objetivo do lúdico no desenvolvimento do aluno, de forma que este instituto poderia ser denominado práticas lúdicas fundamentais.²⁷⁵

O jogo, a brincadeira, o uso de brinquedos, o teatro e a música, são atividades que quando aplicadas pedagogicamente têm total caráter lúdico. Há de se destacar que jogo, brinquedo e brincadeira não se confundem.²⁷⁶ Segundo o dicionário Aurélio, dentre as diversas definições, “jogo é a atividade física ou mental fundada em sistema de regras que definem a perda ou ganho”, ao passo que brinquedo “é o objeto para a criança brincar”, e por fim, a brincadeira pode ser entendida como “ato de brincar”, ou seja, divertir-se infantilmente.²⁷⁷

Todos esses elementos são utilizados em quaisquer fases da vida do ser humano. O jogo integra a vida social desde muitos séculos. Para se ter uma dimensão do quão presente os jogos são na vida do homem.²⁷⁸ Estima-se que os jogos olímpicos tiveram início em 776 a. C, ou seja, só em caráter competitivo os jogos possuem uma história de mais de dois mil anos, o que faz acreditar que os jogos estão presentes na vida do ser humano milhares de anos.²⁷⁹

A cultura grega é a grande referência dos jogos, tendo em vista que são a grande referência dos jogos por competição, devendo ainda ser destacados os Maias e Astecas, que tiveram os jogos presentes em sua cultura de forma imponente, sendo que, inclusive para os Astecas os elementos do jogo, como ganhar, perder, cooperar, dentre outros, eram necessários à regeneração cósmica fundamental para sobrevivência da sociedade.²⁸⁰

Na idade média europeia os jogos tinham seu relevo, de forma que os adultos os praticavam e induziam as crianças a dar continuidade às modalidades, isso por serem tidas como elemento integrante da cultura.²⁸¹

O renomado filósofo Platão, 427 a 347 a. C, em suas sábias lições já fazia a advertência de que a educação deveria ser levada como um jogo em virtude de dinâmica, em seus dizeres as crianças não deveriam ser educadas nas várias disciplinas recorrendo à força,

²⁷⁴ FREINET, 1998, p. 91.

²⁷⁵ FREINET, 1998, p. 91.

²⁷⁶ FERREIRA, 2012, p. 447.

²⁷⁷ FERREIRA, 2012, p. 447.

²⁷⁸ WITTIZORECKI, E. S. Aspectos históricos e etimológicos do jogo. Curitiba: Ibpex, 2009. p. 40.

²⁷⁹ WITTIZORECKI, 2009, p. 40.

²⁸⁰ WITTIZORECKI, 2009, p. 40.

²⁸¹ WITTIZORECKI, 2009, p. 40.

mas como se fosse um jogo, para que também fosse possível observar melhor qual a disposição natural de cada.²⁸² Em sua brilhante visão, já se via o entendimento de que as crianças elevam sua capacidade de compreensão quando estimuladas com atividades a elas prazerosas.²⁸³

Entretanto, o processo de evolução da sociedade fez com os jogos perdessem a sua devida relevância, chegando ao ponto de serem vistos como atividades pouco relevância.²⁸⁴ Um dos marcos históricos que contribuiu para que o jogo perdesse a sua devida importância foi a revolução industrial, sendo um verdadeiro divisor de águas para os jogos, conforme a análise de Ariès.²⁸⁵ E desde então, tem-se, de maneira errônea, que o jogo é algo pouco produtivo para a vida do ser humano, chegando ao ser colocado como alternativa de política pública para fins de se evitar situações de marginalização.²⁸⁶

No entanto, os jogos e a brincadeira, devem ser vistos como meios práticos pedagógicos que possibilitam aos alunos o verdadeiro aprendizado por meio da ludicidade que atua no processo facilitador da socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento, conforme pondera Santos.²⁸⁷

A utilização dos jogos de modo geral faz com o que aluno desenvolva habilidades inexploradas quando a didática em sala de aula é voltada tão somente para o teórico.²⁸⁸ Almeida afirma que o processo de construção do saber por meio do jogo como recurso pedagógico ocorre porque, ao participar da ação lúdica, a criança inicialmente estabelece metas, constrói estratégias, planeja, utilizando assim, o raciocínio e o pensamento.²⁸⁹

Essa benesse no aprendizado do discente é nitidamente observada quando a disciplina é o Ensino Religioso, levando-se em consideração que o Ensino Religioso promove ensinamentos para além de didáticos, mas sim ensinamentos para vida em sociedade do discente, inclusive promovendo o respeito à diferença cultural que deve existir entre os alunos.²⁹⁰ A atividade lúdica deve ser o pilar do Ensino Religioso, esvaindo-se do ensino

²⁸² WITTIZORECKI, 2009, p. 40.

²⁸³ WITTIZORECKI, 2009, p. 40.

²⁸⁴ WITTIZORECKI, 2009, p. 42.

²⁸⁵ WITTIZORECKI, 2009, p. 42.

²⁸⁶ WITTIZORECKI, 2009, p. 42.

²⁸⁷ SANTOS, 2011, p. 12.

²⁸⁸ ALMEIDA, R. R. *Práticas lúdicas: linha de transmissão intergeracional da cultura comunitária do assentamento recreio*. 2015. 163f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015. p. 56.

²⁸⁹ ALMEIDA, 2015, p. 56.

²⁹⁰ ALMEIDA, 2015, p. 57.

teórico tradicional, dessa forma será alcançado melhor comprometimento com a disciplina, que por vezes é vista como inexpressiva.²⁹¹ Nesse sentido Silva afirma que:

Numa sala de aula há uma grande diversidade, não só religiosa, mas também étnica, cultural, social e de gênero. Essa diversidade se estende ao campo das opiniões e formas de pensamento. Diferentes elementos influenciam no convívio entre as pessoas.²⁹²

Segundo Kishimoto o jogo apresenta grande valor social, oferecendo inúmeras possibilidades educacionais, pois favorece o desenvolvimento corporal, estimula a vida psíquica e a inteligência, contribui para a adaptação do grupo, preparando a criança para viver em sociedade.²⁹³ Portanto, quando desenvolvido na disciplina de Ensino Religioso faz com o aluno expanda as possibilidades de se tornar um ser humano mais digno.²⁹⁴

Santos, ao fazer a observação prática do desenvolvimento da atividade o reconhece como um baú de símbolos na sala de aula, donde se objetivou explorar motivação e a imaginação, a partir da utilização de um baú com símbolos que suscitem sentidos simbólicos.²⁹⁵ E em meio a referida dinâmica observou-se que com metodologias inovadoras e prazerosas os discentes sentiram-se parte integrante do ensino e aprendizado.²⁹⁶ Diante desse contexto torna-se relevante aprofundar o conhecimento quanto à ludicidade a religião.

2.3 A ludicidade da religião

Um elemento essencial para o desenvolvimento do lúdico é a cultura, pois é por meio dela que se irá buscar atividades que envolvam aquele grupo de pessoas. A cultura é o acervo de saberes do qual uma coletividade lança mão para se relacionar com o mundo, para lidar com a natureza e com a sociedade, para tornar possível a convivência em seu interior e com exterior, enfim, para viver e se reproduzir.²⁹⁷

Certo é que religião e cultura se comunicam intimamente, segundo Hefner a religião faz parte da cultura, é um fenômeno cultural e reflete um campo de exploração e memória.²⁹⁸

²⁹¹ ALMEIDA, 2015, p. 57.

²⁹² SILVA, E. M. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para cidadania. *Revista de Estudos da Religião*, v. 2, p. 1-14, 2004.

²⁹³ KISHIMOTO, 2002, p. 67.

²⁹⁴ KISHIMOTO, 2002, p. 67.

²⁹⁵ SANTOS, 2006, p. 16.

²⁹⁶ SANTOS, 2006, p. 16.

²⁹⁷ BARROSO, O. *A Arte e a Cultura na Construção da Reforma Agrária*. Fortaleza: Projeto Arte e Cultura na Reforma, 2005. p. 21.

²⁹⁸ HEFNER, P. A religião no contexto da cultura, teologia e ética global. *Revista de Estudos da Religião*. Chicago, ano 2, v. 2, p. 69, 2007.

A religião é constituída por mitos, rituais e comportamento moral.²⁹⁹ Dessa forma, a cultura se mostra por duas facetas, primeiro sob o aspecto da liberdade e da exploração do novo, e por outro lado a cultura se mostra como sabedoria herdada, no contexto religioso é necessário fazer com que haja o equilíbrio das duas vertentes.³⁰⁰

Isso se dá em razão da inviabilidade de explorar o novo sem que se conheça o que antecedeu e formou um dado conceito, que é a sabedoria herdada.³⁰¹ Neste contexto, Hefner destaca:

Uma análise mais cuidadosa revela, porém, que a exploração é tão importante para a religião quanto a memória, mesmo que a opinião pública e a doutrina neguem isto. A exploração é importante porque a religião procura interpretar o significado do presente e do futuro do mesmo modo que organiza a consciência para ação presente e futura. A religião busca o sagrado, Deus, no presente. A religião preocupa-se com a manifestação da presença de Deus no presente e no futuro tanto quanto no passado.³⁰²

Religião é a contextualização de passado, presente e futuro tomando por base o sagrado que possui definição muito mais densa e ampla do que a trazida por qualquer dicionário.³⁰³ Alves, define religião como sendo a memória de uma unidade perdida e a nostalgia por um futuro de reconciliação.³⁰⁴ A religião integra a essência do homem, de modo que ter religião é um elemento cultural. Alves assim complementa:

O homem só pode ter uma atitude religiosa para com aquilo que ele apreende como valor, aquilo que tem a ver com sua vida e sua morte. Assim, é totalmente errado dizer que religião é mera antropologia. Estaríamos mais próximos da verdade se dissessemos que a antropologia é religião para o homem. ‘Se as plantas tivessem olhos, gustação e capacidade de pensar, cada uma delas declararia que a sua própria flor era a mais bonita’, diz Feuerbach. De forma idêntica, ‘o absoluto para o homem é a sua própria natureza’.³⁰⁵

Alves complementa seu entendimento afirmando que o homem só pode ter uma atitude religiosa para aquilo que ele aprende com o valor, aquilo que tem a ver com sua vida e sua morte, é exatamente neste contexto que podemos afirmar que a religião está intrinsecamente ligada ao fator cultural de cada indivíduo.³⁰⁶ A forma e maneira que cada ser

²⁹⁹ HEFNER, 2007, p. 69.

³⁰⁰ HEFNER, 2007, p. 69.

³⁰¹ HEFNER, 2007, p. 69.

³⁰² HEFNER, 2007, p. 72

³⁰³ ALVES, 1984, p. 52.

³⁰⁴ ALVES, 1984, p. 52.

³⁰⁵ ALVES, 1984, p. 52.

³⁰⁶ ALVES, 1984, p. 52.

humano é educado contribuem diretamente para os mais importantes reflexos para sua formação pessoal, sendo os ditos valores mencionados por Alves.³⁰⁷

Levando-se em consideração que toda religião envolve um Sagrado, e por traz deste há todo um lastro cultural, eis que o lúdico se faz fundamental para o desenvolvimento das religiões, possibilitando que os seguidores possam compreender verdadeiramente aquela crença, de modo simples e didático.³⁰⁸ Trabalhar o sagrado no contexto da religiosidade pressupõe indagações que levam a profunda reflexão, reflexão esta que uma criança e adolescente teria total dificuldade de compreender, caso seja feita apenas a análise literária.³⁰⁹ Nesse contexto é relevante destacar o pensamento de Brüseke em relação ao sagrado na modernidade:

A técnica moderna coloca o homem em contato com o mundo que faz com que os Deuses fujam. Os Deuses não estão somente mortos, eles foram, segundo a metáfora de Heidegger, afugentados pelo homem moderno. Ou para lembrar Nietzsche: 'Gott ist tot. Und wir haben ihn getötet!' (Deus está morto e nós o matamos). As duas metáforas, a primeira da fuga dos Deuses e a segunda que nos acusa do assassinato de Deus, correspondem àquilo que Weber expressa, de forma menos dramática, na sua tese do desencantamento (Entzauberung) do mundo. Este desencantamento é resultado imediato do processo de racionalização e intelectualização, sem o qual a ciência moderna não teria surgido.³¹⁰

A complexidade é notória para que se possa trabalhar o sagrado no âmbito do Ensino Religioso, é exatamente neste contexto que apresenta-se recorrente no desenvolvimento das religiões o uso de mecanismos lúdicos, tais como o teatro, a música, a gincana, tudo objetivando a melhor fixação da doutrina.³¹¹

Entretanto, para se chegar na aplicação das atividades lúdicas se faz necessário compreender que a religião é dotada de formas simbólicas, que tende a levar o discente a realizar uma conjugação de simbólico com o real e o imaginário.³¹² Para tanto, deve-se compreender que o simbólico é a significação contida nas adesões, nos engajamentos ou filiações do devoto, como as preferências na devoção a algum santo ou a determinada prática e oração, segundo a concepção de Strôngoli e Couto.³¹³

³⁰⁷ ALVES, 1984, p. 52.

³⁰⁸ ALVES, 1984, p. 55.

³⁰⁹ ALVES, 1984, p. 55.

³¹⁰ BRÜSEKE, F. O sagrado na modernidade técnica. *Cadernos de pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas*. Florianópolis, v. 6, n. 70, p. 16, 2005.

³¹¹ BRÜSEKE, 2005, p. 16.

³¹² BRÜSEKE, 2005, p. 16.

³¹³ STRÔNGOLI, M. T. Q. G.; COUTO, E. K. N. N. Religião: entre a sociedade e o imaginário. *Revista de história*. João Pessoa, v. 1, n. 30, p. 249-267, 2014.

O simbólico é inerente ao individual de cada ser, tratando-se de uma adesão de caráter individual, não sendo possível estabelecer que esta será taxativa a todos que a ele forem submetidos.³¹⁴ É justamente nesse cenário que se faz necessário o desenvolvimento da contextualização do simbólico em sala de aula por meio do lúdico, a fim de se possibilitar ao discente a real aplicação da ludicidade.³¹⁵ Com base na temática do simbólico, destacamos o posicionamento de Durkheim:

Todas as crenças religiosas conhecidas, sejam simples ou complexas, apresentam um mesmo caráter comum: supõem uma classificação das coisas, reais ou ideais, que os homens concebem, em duas classes, em dois gêneros opostos, designados geralmente por dois termos distintos que as palavras profano e sagrado traduzem bastante bem.³¹⁶

Fazendo-se tal distinção, e considerando-se que a religião está intimamente ligada ao imaginário e simbólico do ser humano, eis que surge a aplicação da ludicidade para a compreensão do conteúdo.³¹⁷ Assim, Teixeira traduz a temática:

O lúdico apresenta dois elementos que o caracterizam: o prazer e o esforço espontâneo. Ele é considerado prazeroso, devido a sua capacidade de absorver o indivíduo de forma intensa e total, criando um clima de entusiasmo. É este aspecto de envolvimento emocional que o torna uma atividade com forte teor motivacional, capaz de gerar um estado de vibração e euforia. Em virtude desta atmosfera de prazer dentro da qual se desenrola, a ludicidade é portadora de um interesse intrínseco, canalizando as energias no sentido de um esforço total para consecução de seu objetivo. Portanto, as atividades lúdicas são excitantes, mas também requerem um esforço voluntário. [...] As situações lúdicas mobilizam esquemas mentais. Sendo uma atividade física e mental, a ludicidade aciona e ativa as funções psiconeurológicas e as operações mentais, estimulando o pensamento. [...] As atividades lúdicas integram as várias dimensões da personalidade: afetiva, motora e cognitiva. Como atividade física e mental que mobiliza as funções e operações, a ludicidade aciona as esferas motora e cognitiva, e à medida que gera envolvimento emocional, apela para a esfera afetiva. Assim sendo, vê-se que a atividade lúdica se assemelha à atividade artística, como um elemento integrador dos vários aspectos da personalidade. O ser que brinca e joga é, também, o ser que age, sente, pensa, aprende e se desenvolve.³¹⁸

Nesse contexto é possível perceber quanto à religião, o lúdico é uma eficaz ferramenta para a compreensão do sagrado existente dentro da religião, levando-se em consideração sua capacidade de utilizar ferramentas recreativas, tais como jogos, teatros, jogral, para proporcionar a melhor compreensão da temática, conforme destacado.

³¹⁴ STRÔNGOLI; COUTO, 2014, p. 249-267.

³¹⁵ STRÔNGOLI; COUTO, 2014, p. 249-267.

³¹⁶ DURKHEIM, 1995. p. 42.

³¹⁷ TEIXEIRA, C. E. J. *A Ludicidade na Escola*. São Paulo: Loyola, 1995. p. 23.

³¹⁸ TEIXEIRA, 1995. p. 23.

Partindo desse pressuposto, pertinente se mostrou a abordagem da ludicidade na religião, para que se possa fazer, portanto, um paralelo dessa, com o enfoque do trabalho, que é o Ensino Religioso.



3 O LÚDICO E O ENSINO RELIGIOSO

No capítulo 1, foi analisada a importância do lúdico nas atividades escolares. Já no Capítulo 2, o objetivo foi aprofundar o conhecimento em relação à religião como experiência lúdica. Neste Capítulo, tem-se como propósito analisar a interrelação entre diversas formas de atividades lúdicas e o Ensino Religioso.

Envolver o lúdico e o Ensino Religioso é trazer propostas e metodologias inovadoras para as salas de aulas, para que dessa forma o aluno sinta prazer em aprender tal conteúdo.³¹⁹ Em outras palavras, trabalhar com metodologias denominadas lúdicas é passar o conteúdo programado de maneira interativa, a partir da qual o aluno possa aprender com o professor, tendo também o professor a oportunidade de aprender com o aluno.³²⁰

No entanto, a pesquisa pretende demonstrar o lúdico como instrumento intimamente ligado ao Ensino Religioso, porque considera a própria religião, seguindo Rubem Alves, como possuidora de traços de ludicidade e imaginação. Então, a proposta precisa ser coerente com os capítulos anteriores e mostrar sua especificidade com a religião. Consoante esse entendimento afirma Freinet que:

Trata-se de um estado de bem-estar que é a exacerbação de nossa necessidade de viver, de subir e de perdurar ao longo do tempo. Atinge a zona superior do nosso ser e só pode ser comparada à impressão que temos por uns instantes de participar de uma ordem superior cuja potência sobre-humana nos ilumina.³²¹

Segundo Gomes, a interação social envolvendo jogos está ligada às transformações e contatos com instrumentos simbólicos e físicos presentes nos processos de aprendizagem, dando essa percepção total reconhecimento ao papel dos jogos na contribuição da formação do sujeito.³²² Dessa forma, faz-se uma importante mudança no desenvolvimento da matéria em relação ao psicológico e raciocínio rápido, o que faz com que o Ensino Religioso e outras disciplinas que abrangem o ensinamento lúdico, tenham uma fonte inesgotável de vivências lúdicas no ambiente escolar.³²³

A verdade da religião não se encontra na correspondência entre os seus símbolos e os objetos para a qual eles parecem apontar. Visto que, assim como nos sonhos, os símbolos religiosos apresentam-se como revelações das condições da subjetividade. A verdade da

³¹⁹ FREINET, C. *A educação do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 48.

³²⁰ FREINET, 1998, p. 48.

³²¹ FREINET, 1998, p. 49.

³²² GOMES, E. S. L. *Um baú de símbolos na sala de aula*. São Paulo: Paulinas, 2013. p. 59.

³²³ GOMES, 2013, p. 59.

religião, dessa forma, não encontra-se na infinidade do objeto, mas sim na infinitude da paixão.³²⁴

Na mágica, no brinquedo, na arte, nos valores, a imaginação ainda se apresenta de forma modesta, talhada por determinado pudor diante da presença massiva do princípio da realidade. Sua procura por um mundo significativo encontra contentamento em expressar-se nos espaços acanhados e nas gretas que o princípio da realidade lhe permite, como áreas de sublimação.³²⁵

Na religião, contudo, o ego lança fora a sua modéstia. Explode além dos seus limites; projeta suas significações sobre a realidade e proclama que toda a realidade é humanamente significativa e invoca o cosmos inteiro para significar a validade da experiência humana. Enquanto que os mitos cosmogônicos não devem ser entendidos como teorias cosmólogas primitivas, uma vez que, antes de mais nada, tratam-se de manifestações psíquicas que refletem a natureza da alma.³²⁶

De acordo com Gomes, ao interagir com as atividades, de forma a envolver simbologias e brinquedos, é que o educando aprende a agir de maneira cognitiva.³²⁷ Na visão deste autor os alunos se deparam com um conhecimento mais avançado, quando são inseridos em salas de aulas que prezam pelos ensinamentos lúdicos, caso comparados com ensinamentos tradicionais, tanto pela capacidade de se subordinar às regras, quanto pela vivência de situações imaginárias.³²⁸

Dentro da sala de aula é necessário que alunos estejam sempre inseridos em um contexto social, no qual prevaleça a interação contínua, juntamente com o diálogo, já que a sociedade tem vivido em um mundo plural, no que se refere aos aspectos políticos, sociais, religiosos e culturais.³²⁹

Desta forma, as práticas lúdicas vividas em sala de aula devem contemplar e respeitar as diferenças, inserindo no Ensino Religioso uma nova roupagem, sendo esta mais lúdica e menos técnica, para que a didática dessa disciplina não continue apenas sendo um apêndice de orientações tecnológicas e mecânicas.³³⁰ Frente a esse contexto, torna-se relevante desenvolver um maior conhecimento em relação às contribuições trazidas pela teoria do lúdico no processo de aprendizagem do Ensino Religioso.

³²⁴ ALVES, Rubem. *O Enigma da Religião*. 6. ed. Papyrus, 1984. p. 16.

³²⁵ ALVES, 1984, p. 16.

³²⁶ ALVES, 1984, p. 16.

³²⁷ GOMES, 2013, p. 60.

³²⁸ GOMES, 2013, p. 60.

³²⁹ GOMES, 2013, p. 59.

³³⁰ GOMES, 2013, p. 59.

3.1 Contribuição das teorias do lúdico na aprendizagem do Ensino Religioso

Não sendo somente uma prática pedagógica e não tendo sido inventado pela pedagogia, as atividades lúdicas atuam diretamente na geração de aprendizagem, no desenvolvimento de quem as esteja praticando, ou sendo exposto a tais atividades. Essa aprendizagem de forma divertida é uma necessidade do ser humano em qualquer idade.³³¹ A utilização do lúdico permite que se melhore a aprendizagem do Ensino Religioso por meio de jogos, atividades divertidas, e vem sendo propagada há vários anos.³³²

Visto que o desenvolvimento da criança ocorre por meio do lúdico, ela necessita brincar para crescer. Dessa forma, o jogo possui um papel fundamental no desenvolvimento infantil, pois, ao jogar, as crianças assimilam, transformam, e modificam a realidade, viabilizando assim melhores condições para se aprender o Ensino Religioso.³³³ O ser humano evolui a partir do aprendizado, que engloba a interferência direta ou indireta de outros seres humanos, sendo que o intermédio faz a diferença, interferindo na relação de aprendizagem da criança e proporcionando que as funções psicológicas superiores se desenvolvam no ser humano.³³⁴

Outro ponto de destaque é que os jogos e suas regras geram nos alunos uma zona de desenvolvimento proximal, capaz de produzir desafios e estímulos para a busca de conquistas mais avançadas, instruindo também na separação de objetos e significados. Os jogos contribuem, portanto, para o desenvolvimento humano desde a primeira infância, embora este não seja linear, mas evolutivo, e nesse trajeto, a imaginação se desenvolve.³³⁵

Uma vez que a criança brinca e desenvolve a capacidade de determinado tipo de conhecimento, ela dificilmente perde essa capacidade.³³⁶ É com a formação de conceitos que se dá a verdadeira aprendizagem e é no brincar que está um dos maiores espaços para formação de conceitos. Essas práticas se popularizaram com a formação das escolas, nas quais crianças poderiam ter a oportunidade de receber brinquedos.³³⁷ Ao utilizar o lúdico para o Ensino Religioso, o professor está mediando o aprendizado dos alunos que, a partir desse

³³¹ PIAZZA, W. *Religiões da humanidade*. São Paulo: Loyola, 1997. p. 78.

³³² PIAZZA, 1997, p. 78.

³³³ PAULY, Evaldo Luís. O dilema epistemológico do ensino religioso. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 27, p. 32-35, 2004.

³³⁴ PAULY, 2004, p. 32-35.

³³⁵ PAULY, 2004, p. 32-35.

³³⁶ ALMEIDA, Paulo Nunes de. *Educação lúdica técnicas e Jogos Pedagógicos*. São Paulo: Loyola, 1995. p. 167.

³³⁷ ALMEIDA, 1995, p. 167.

desenvolvimento, podem, efetivamente, adquirir um conhecimento, proporcionando alterações em sua estrutura cognitiva.³³⁸

Com relação à disciplina de Ensino Religioso, é inegável que seu conteúdo irá refletir em toda a vida do aluno.³³⁹ Em face da importância ora dada a tal disciplina, é certo que a didática nela empregada não poderá mais ser restrita tão somente, aos meios teóricos, trabalhando-se somente com os conceitos já prontos e não fazendo qualquer correlação com a vida cotidiana do aluno. Ou seja, as técnicas de aprendizado do Ensino Religioso não devem se limitar à mera exposição dos ensinamentos bíblicos. Agindo-se dessa forma, estaria o professor limitando a capacidade de entendimento do aluno, que se encontra em fase de aprendizado.³⁴⁰ Ao incorporar o lúdico como técnica de aprendizado, os ensinamentos potencializam maior feedback das crianças, permitindo-lhes desempenhar um papel ativo e participativo nesse processo.

Um elemento fundamental para que seja possível o desenvolvimento lúdico é a cultura, por meio da qual torna-se possível a busca por atividades que envolvam determinado grupo de pessoas. Por cultura entende-se um conjunto de saberes utilizado pela coletividade ao se relacionar com o mundo e com ela própria, por meio das diversas formas de interação social. Como a religião é parte integrante da cultura, aquela é constituída por mitos, rituais e comportamento moral.³⁴¹

As linguagens da religião, ou seja, os textos, a arte, ritos, mitos, dentre outros, tratam-se de estruturas de comunicação e expressão que viabilizam abertura natural para o lúdico. O desenvolvimento de tais itens em uma aula de Ensino Religioso, que faz uso das práticas lúdicas, pode ocorrer por meio da implementação de técnicas de ensino que se baseiam em suas etapas de construção a serem utilizadas pelos educadores do Ensino Religioso, destacando-se, dessa forma, a relevância que possui a sala de aula para os educandos, especialmente no momento que nela adentram.³⁴²

O desenvolvimento das práticas lúdicas em uma aula de Ensino Religioso pode basear-se na propositura, aos educandos, de que comentem os afetos que neles foram despertados, a partir da escolha dos itens trabalhados. Dessa forma lhes é possível comentar o que cada item provocou nos educandos. Nesse contexto, a implementação das atividades

³³⁸ ALMEIDA, 1995, p. 168.

³³⁹ SANTOS; COSTA, 2015. p. 84-85

³⁴⁰ SANTOS; COSTA, 2015. p. 84-85

³⁴¹ HEFNER, Philip. A religião no contexto da cultura, teologia e ética global. *Revista de Estudos da Religião*, n. 2, p. 68-82, 2007. p. 69.

³⁴² GOMES, 2013, p. 43.

lúdicas nas aulas de Ensino Religioso possui a capacidade de explorar e motivar a imaginação dos alunos, fazendo-se uso dos itens que lhes despertem sentidos simbólicos.³⁴³

O ensino religioso, por ser uma matéria importante, sua incidência nos currículos escolares irá permanecer, entretanto, buscando uma melhor forma de propagar as informações e levar o aluno a aprender melhor. As atividades lúdicas levam divertimento a assuntos ainda desconhecidos. Durante a atividade lúdica as crianças ficam expostas a um ambiente extremamente favorável ao desenvolvimento físico e cognitivo.³⁴⁴

Esses ambientes são favoráveis para produzir práticas de tolerância na criança, visto ser um ambiente de interação interpessoal, professor-aluno-aluno. Na prática docente, a atividade lúdica não se esvazia no aprendizado de conceitos. Cabe ao docente aproveitar a oportunidade para fazer dessa atividade a possibilidade de construir valores nas crianças. Limitar-se ao aprendizado de informações conceituais e históricas, foge a proposta do ensino religioso. Além de representa uma prática educacional pouco estimulante à criança. A sua aplicabilidade pode se desdobrar para além do ambiente escolar e da relação professor-aluno(a), se estendendo para a ação dessa criança na sociedade, no trato com o outro e com seus pais.

O método de ensino aplicado à educação, principalmente no que diz ao ensino religioso, foi fortemente influenciado pela concepção adotada em relação ao que era a infância, de modo que o lúdico por muito tempo atuou de maneira diferente entre as classes, a partir da qual apenas a classe mais alta, foi, por muito tempo, a única capaz de comprar brinquedos e outros equipamentos para seus filhos.³⁴⁵

É importante observar que uma das chaves da eficiência do lúdico é a integração e participação das crianças por meio de atividades. Além disso, o ensino religioso não deve ser utilizado como forma de catequisar os alunos. Ao contrário, deve criar condições que permitam um ensino adequado da disciplina, respeitando as diferenças, sem a intenção de impor um determinado ponto de vista sobre os assuntos ministrados, entendendo as divergências como algo natural.³⁴⁶

³⁴³ GOMES, 2013, p. 55.

³⁴⁴ PAULY, 2004, p. 32-35.

³⁴⁵ PAULY, 2004, p. 32-35.

³⁴⁶ ALMEIDA, 1995, p. 169.

3.2 Contribuições possíveis

O trabalho lúdico nas aulas de Ensino Religioso vem ao encontro da necessidade de uma prática pedagógica que crie um ambiente estimulante para o aprendizado, com destaque para o ensino nos anos iniciais, ou seja, do primeiro ao quinto ano. É de grande relevância a busca por uma educação de qualidade com intervenções e estratégias no processo de ensino e aprendizagem do Ensino Religioso voltadas à valorização da diversidade humana. Afinal, nem todos os alunos aprendem da mesma maneira e a aprendizagem difere de acordo com os níveis de desenvolvimento de cada aluno.³⁴⁷ Nesse contexto, é importante desenvolver atividades que contemplem os diferentes estilos de aprendizagem, o que requer uma nova forma de ensinar e respostas educativas criativas para as situações reais de sala de aula.³⁴⁸

É muito mais proveitoso ofertar uma variedade de abordagens e estratégias pedagógicas ao aluno, com múltiplas formas de apresentar informações (texto, imagens, vídeos, multimídia interativa, entre outras) e ferramentas para apoiá-las, respeitando as várias inteligências e estilos de aprendizagem dos alunos, do que manter a forma de ensino engessada em que somente o professor age, de forma a repassar informações, sem que haja, muitas vezes, a compreensão destas.³⁴⁹

Ao viver ludicamente, reafirmamos que não estamos apenas introduzidos no mundo, mas que, acima de tudo, somos o próprio mundo. Portanto, o conhecimento, a prática e a reflexão são as ferramentas para promoção do exercício de um protagonismo lúdico ativo.³⁵⁰ No contexto de sala de aula não é diferente, pois é importante estar inserido em um meio social no qual prevaleçam o diálogo e a interação contínuos, pois a sociedade encontra-se inserida em um mundo plural nos aspectos sócio-político, cultural e religioso.³⁵¹

É evidente que o uso de metodologias inovadoras e prazerosas com os alunos fazem com que eles se sintam parte integrante do ensino, além de contribuir com os professores de Ensino Religioso que sentem a necessidade de tornar as suas aulas atraentes, dinâmicas e extrovertidas. Assim sendo, a prática em sala de aula deve ser vivenciada de forma a contemplar e respeitar as diferenças.³⁵²

As aulas de ensino religioso devem ter uma nova roupagem, ou seja, devem ser mais lúdicas e menos técnicas. Nesse sentido, a didática não poderá continuar sendo um apêndice

³⁴⁷ ALMEIDA, 1995, p. 171.

³⁴⁸ ALMEIDA, 1995, p. 171.

³⁴⁹ ALMEIDA, 1995, p. 171.

³⁵⁰ CAETANO, 2007, p. 37

³⁵¹ CAETANO, 2007, p. 37.

³⁵² RICHTER, 2015, p. 03.

de orientações mecânicas e tecnológicas, valorizando o saber de cada um.³⁵³ Dessa forma, para uma abordagem mais completa sobre a temática em questão, apresentaremos, na próxima seção, diversas estratégias e exemplos de aplicação de atividades lúdicas no Ensino Religioso.

3.3 Estratégias para aplicação do lúdico no Ensino Religioso

No capítulo anterior e na parte inicial deste capítulo, procuramos aprofundar a discussão com respeito à teoria do lúdico. Nesta seção, nosso objetivo é apresentar diversos exemplos de atividades lúdicas aplicadas ao Ensino Religioso. Dentre as técnicas que podem ser aplicadas na implementação do lúdico no Ensino Religioso pode ser utilizada a que se baseia no uso da imaginação, uma vez que sabemos que ser humano é um ser que imagina e vive atribuindo significados às coisas.³⁵⁴

Segundo Gomes, por meio do uso de símbolos, as imagens possuem o intuito de apresentar, de forma introdutória, determinadas noções sobre a Teoria Geral do Imaginário, de Gilbert Durand.³⁵⁵

Ao apresentar sua técnica intitulada *Um baú de símbolos*, Gomes defende uma metodologia adequada para a utilização do lúdico no contexto da sala de aula, apresentando uma técnica de ensino passível de ser utilizada pelos educadores do Ensino Religioso. Trata-se de uma metodologia didático-pedagógica que visa trabalhar os símbolos nas aulas de Ensino religioso, permitindo que os alunos consigam apreender de forma prazerosa os conceitos a serem trabalhados em sala.³⁵⁶

Nesse contexto, busca-se a proposta de se comentarem as emoções despertadas em determinados educandos, baseando-se na seleção de objetos por eles feitos, quando realizada a abertura do baú de símbolos.³⁵⁷

Dessa forma, propõe-se essa técnica de ensino relacionando educação e imaginário, sendo este mais compreendido como uma categoria de análise propriamente dita, porém como uma característica inerente às diversificadas formas de conhecimento, visto que a imaginação integra a própria condição do ser humano.³⁵⁸

Outra estratégia para implementação do lúdico nas aulas de Ensino Religioso é por meio da utilização dos ritos, mitos, danças, imagens, entre outros, como instrumentos capazes

³⁵³ RICHTER, 2015, p. 03.

³⁵⁴ GOMES, 2013, p. 19.

³⁵⁵ GOMES, 2013, p. 29.

³⁵⁶ GOMES, 2013, p. 43.

³⁵⁷ GOMES, 2013, p. 55.

³⁵⁸ GOMES, 2013, p. 15.

de dar ludicidade às aulas em questão.³⁵⁹ Os jogos elaborados por meio desses materiais permitem que os alunos consigam aprender de maneira mais dinâmica e prazerosa. Como exemplo podem ser destacados materiais como a Mandala dos símbolos com imagens de cunho religioso, ou seja símbolos das mais variadas tradições religiosas, como visto na Figura 01, que podem ser trabalhados com alunos do 4º e 5º anos, ou seja, alunos com idade entre 9 e 10 anos, devido ao nível de complexidade que a atividade apresenta.

Figura 1: Mandala dos símbolos

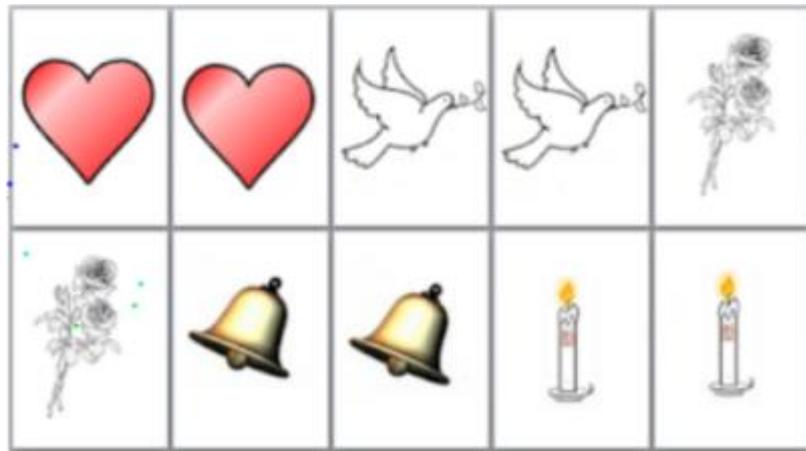


Fonte: Portal Educa Mais(2019)

Ainda com as turmas de 4º e 5º anos, podem ser destacadas outras formas de trabalho da ludicidade a partir desses materiais, tais como a classificação do que são os símbolos religiosos e não religiosos, trazendo para o aluno as imagens de cunho religioso, mas também imagens não religiosas, o que pode ser visto na Figura 2, que traz exemplos dessas imagens religiosas, ou seja, pombas, velas e sinos; e imagens não religiosas, corações e flores. O referido material possui a capacidade, não apenas de doutrinar os alunos, mas também de adquirir conceitos e informações históricas.

³⁵⁹ ANTUNES, Celso. *Jogos para estimulação das múltiplas inteligências*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 57.

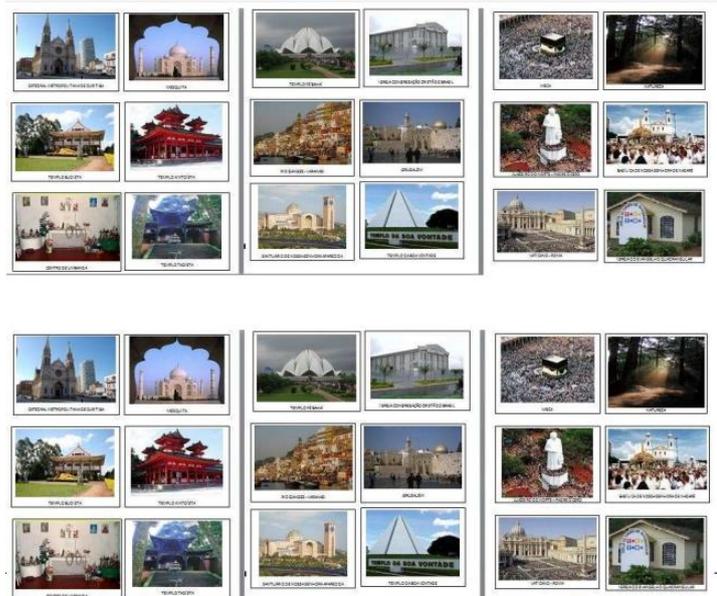
Figura 2: Jogo da memória dos símbolos



Fonte: Portal Educa Mais(2019)

Diante desse contexto é possível que os alunos identifiquem e descrevam o que entendem por cada imagem e o que elas representam para eles no âmbito religioso.³⁶⁰ É possível também criar jogos da memória que trazem imagens de lugares sagrados espalhados por todo o mundo, como apresentado na Figura 3, permitindo aos alunos maior aquisição de conhecimento quanto aos conceitos e informações históricas.³⁶¹

Figura 3: Jogo da memória de lugares sagrados pelo mundo



Fonte: Portal Educa Mais(2019)

³⁶⁰ DURAND, 2013, p. 40.

³⁶¹ DURAND, 2013, p. 40.

O lúdico pode ser introduzido nas aulas de Ensino religioso ainda por meio de atividades que fazem uso de imagens e símbolos, proporcionando a associação destes com seus nomes, como visto na Figura 3, sendo seu uso indicado para turmas do segundo ao quinto ano de escolaridade.³⁶²

De acordo com Costa e Silva³⁶³, em determinados momentos os alunos tendem a alegar que a aula de Ensino Religioso acaba sendo chata e em decorrência disso acabam não tendo interesse de participarem das atividades, por se tratar de um campo altamente teórico.³⁶⁴

Diante desse cenário, propõem-se o desenvolvimento de uma proposta de elaboração de jogos pedagógicos, a partir dos quais os alunos sejam motivados a pesquisarem e estudarem de forma que sejam capazes de aprender brincando, participando desse momento lúdico-formativo, revertendo assim esse bloqueio inicial, permitindo que o educando consiga apreender todas as informações de forma prazerosa e viável.

Nesse sentido, orienta Morin ser importante que a educação do futuro seja capaz de ilustrar esse princípio de unidade/diversidade em todas as esferas, visto existir em cada cultura um nível específico de crenças, ideias, valores, mitos e, em particular, os que propiciam a união de uma comunidade particular a seus ancestrais, tradições e falecidos.³⁶⁵ As apropriações de uma cultura a outra apresentam-se enriquecedoras.³⁶⁶

Para o alcance dos objetivos propostos foram desenvolvidos os jogos do Oráculo, do Dominó e o da Memória permitindo a interação entre os alunos a partir de pesquisas envolvendo as religiões, seus fundadores, os símbolos religiosos e os livros sagrados que existem disponíveis, sobretudo no contexto brasileiro viabilizando o conhecimento das religiões menos estudadas, como, por exemplo, as de origem africana, oriental, indiana e modernas.³⁶⁷

Os três jogos propostos têm seu desenvolvimento distribuído em três aulas. Dessa forma, o Oráculo “fundadores das religiões”, ocorre de forma que na primeira aula promova-se o esclarecimento da proposta da atividade ou pesquisa a ser desenvolvida em casa. Na aula

³⁶² DURAND, 2013, p. 40.

³⁶³ A obra O desafio das religiões, é de autoria de Giordano Cássio da Silva Costa e Rosângela Siqueira Silva, criada em 2019 e trata de uma proposta lúdico- pedagógica, a partir da qual propõem-se um conjunto de jogos que podem ser utilizados como instrumentos pedagógicos capazes de despertar nos alunos dos 6º e 7º anos o interesse de conhecer algumas tradições religiosas de forma lúdica.

³⁶⁴ COSTA, Giordano Cássio da Silva, SILVA, Rosângela Siqueira. *Desafio das religiões: uma proposta lúdico-pedagógica para as aulas de ensino religioso*. 2019, p. 60. Disponível em: <<http://periodicos.uea.edu.br/index.php/extensaoemrevista/article/view/1377/873>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

³⁶⁵ MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 10ª ed. São Paulo: Cortez. Editora; Brasília: UNESCO, 2000. p. 55-56.

³⁶⁶ MORIN, 2000, p. 55-56.

³⁶⁷ COSTA; SILVA, 2019, p. 60.

Na atividade intitulada Memória dos Livros Sagrados, as duas primeiras aulas são utilizadas para as explicações do professor por meio de uma apostila simplificada, juntamente com a apresentação de determinados livros sagrados, viabilizando a retirada de dúvidas, percepção de certas diferenças e aumento no aprendizado sobre esses livros. Na terceira aula iniciam-se as jogadas em duplas, permitindo melhorias na concentração e aprendizado dos nomes dos doze livros sagrados escolhidos para o estudo. O esquema dos jogos pode ser visto na Figura 5.³⁷¹

Figura 5: Esquema dos jogos do Oráculo, do Dominó e o da Memória



A partir da implementação dessas atividades torna-se possível a interação entre os estudantes viabilizando-se a promoção da decodificação dos elementos simbólicos das variadas tradições religiosas, destacando-se os trabalhos realizados em equipe, favorecendo, assim, a aquisição de maiores informações quanto aos fundadores, símbolos e livros sagrados das variadas religiões. Conforme orienta Siqueira (2015) o Ensino Religioso é capaz de possibilitar aos alunos maior aproximação e compreensão das diversificadas tradições religiosas.³⁷²

Dessa forma, os referidos jogos tendem a promover o interesse dos alunos na realização das atividades do Ensino Religioso, com o divertimento em forma de aprendizado. Diante desse cenário, é possível observar a relevância do lúdico como instrumento estratégico de ensino aprendizado na seara do Ensino Religioso.

Silva traz uma proposta de implementação do lúdico no Ensino Religioso abordando conteúdos como os espaços sagrados, símbolos religiosos, tradições religiosas, líderes

³⁷¹ COSTA; SILVA, 2019, p. 61.

³⁷² SIQUEIRA, Rosângela da Silva. *A relação entre o Ensino Religioso e a Laicidade do Estado*. Tese de doutorado: Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Departamento de Filosofia e Teologia, 2015, p. 16.

religiosos e textos sagrados. As atividades em questão têm como propósito promover o conhecimento de espaços sagrados da comunidade, áreas de peregrinação no Brasil e pelo mundo, identificação de símbolos de determinadas tradições religiosas, constituindo o vínculo entre seus significados, reconhecimento da heterogeneidade religiosa identificando as diferentes tradições religiosas, conhecimento de alguns de seus líderes, além do conhecimento de textos sagrados, viabilizando a identificação destes como diversificadas formas de seus registros.³⁷³

Essa atividade pode ser realizada em quatro aulas de aproximadamente 50 minutos, a partir da confecção de jogos, sendo seu desenvolvimento capaz de propiciar um *feedback* dos conteúdos abordados. O material direciona-se às turmas de 4º e 5º ano, sendo utilizados os grupos colaborativos como metodologia. Nesse contexto, a turma é repartida em cinco grupos, sendo possível a utilização de materiais alternativos, solicitados aos alunos antecipadamente. À professora cabe o papel de oferecer imagens e palavras que se relacionem à temática, juntamente com outros materiais importantes para a criação dos jogos. É de grande relevância que tais palavras e imagens sejam capazes de contemplar tradições religiosas das matrizes ocidentais, orientais, indígenas e africanas.³⁷⁴

Por ser a religião um espaço lúdico por natureza, é possível que mecanismos como os mitos, ritos e outros, que lhe integram, sejam utilizados como instrumentos facilitadores dessas metodologias, sendo fundamentais no processo de ensino e aprendizagem do Ensino Religioso. A compreensão de tais mecanismos tende a contribuir na identificação dos sentidos, costumes e crenças de um grupo.

No que se refere à prática pedagógica e à escolha de estratégias para se alcançar os objetivos do processo de ensino aprendizagem, o grande desafio baseia-se na necessidade de superar o ensino tradicional, propondo-se novas formas de ensinar, criando, na sala de aula, um ambiente estimulador da aprendizagem.³⁷⁵

É neste sentido, que o trabalho com base em situações concretas e lúdicas, nas aulas de Ensino Religioso, tende a ir ao encontro dessa busca por meios e respostas educativas criativas que permitam o alcance da construção e socialização do conhecimento.³⁷⁶ As possibilidades de ensino e aprendizagem são ampliadas quando são utilizadas diversificadas maneiras de apresentação desses conteúdos, tais como: gincanas de perguntas e respostas, compartilhamento de experiências entre os estudantes, pesquisa em diversas fontes, leitura e

³⁷³ SILVA, Brígida Karina Liechocki Nogueira. *O lúdico no ensino religioso*. 2012. p. 116-122. Disponível: <<https://docplayer.com.br/17694707-O-ludico-no-ensino-religioso.html>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

³⁷⁴ SILVA, 2012, p. 116-122.

³⁷⁵ ANTUNES, 2013, p. 57.

³⁷⁶ ANTUNES, 2013, p. 57.

interpretação de textos, análise de fotos, ilustrações e objetos simbólicos, confecção de cartazes, maquetes, móveis, acesso a filmes, contação de histórias, teatro, música, entre outros, assim como a contribuição para a alfabetização e letramento, juntamente com o desenvolvimento das demais habilidades.³⁷⁷

Diante desse cenário, baseado em um Ensino Religioso direcionado para um trabalho escolar significativo e voltado para o aluno como edificador ativo do seu conhecimento e desenvolvimento globalizado, alvitram-se determinados encaminhamentos metodológicos a partir dos quais o educador consiga realizar um trabalho pedagógico capaz de estimular sua capacidade de aprendizado, permitindo-lhe novas investigações e descobertas, com novos estímulos baseados nos conteúdos apreendidos de maneira interdisciplinar, fazendo-se uso de estratégias, nas quais pensar o trabalho escolar no Ensino Religioso para o Ensino Fundamental oferece entre outras possibilidades, inúmeras oportunidades.³⁷⁸

Compreendemos assim, a influência do lúdico no Ensino Religioso, sendo possível perceber que a implementação da atividade lúdica tende a viabilizar a expressão do agir e interagir, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais prazeroso.³⁷⁹

Ao buscar formas de implementar a ludicidade no Ensino Religioso, inicialmente o educador deve introduzir o assunto da religião para os alunos promovendo todo um processo de reflexão e questões. O tema necessita ter como propósito adentrar em caminhos que viabilizem o entendimento da própria pessoa, assim como de toda a sociedade. Na maior parte das vezes, os assuntos abordados pela religião tendem a desencadear dúvidas e questionamentos, tornando-se fundamental a confecção de atividades que tragam para as crianças e adolescentes maior ludicidade.³⁸⁰

Para que seja possível compreender com maior facilidade a vida, as atividades humanas e seus comportamentos devem ser desenvolvidos exercícios voltados para a interação dos alunos nos processos de conhecimento em Deus, religiões, vida e sociedade. No Cristianismo, por exemplo, os procedimentos de inicialização do Ensino Religioso para crianças inicia-se a partir da apresentação de Deus, Sua palavra por meio da Bíblia, ensinamentos envolvendo a convivência em sociedade e a relevância do bem e tudo que se encontra relacionado a tais questões.³⁸¹

³⁷⁷ RAU, M. C. T. D. *A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica*. Curitiba: Ibpex, 2007, p. 23.

³⁷⁸ DANTAS, Marcela. *Atividades de Ensino Religioso*. 2019, p. 01-04. Disponível em: <<https://profissaomestre.com.br/atividades-de-ensino-religioso/>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

³⁷⁹ DANTAS, 2019, p. 01-04.

³⁸⁰ DANTAS, 2019, p. 01-04.

³⁸¹ DANTAS, 2019, p. 01-04.

É fundamental destacar que desde o primeiro ano do Ensino Fundamental é normalmente o período no qual se dá o começo do aprendizado do Ensino Religioso, conforme anteriormente explanado, de acordo com o determinado pela BNCC.³⁸² Nessa fase é apresentado, além do que já foi mencionado, também a importância do grupo familiar, no dia a dia das crianças, o poder da fé, da crença e das palavras relacionadas à justiça, generosidade, bondade, dentre outras. Nesse contexto podem ser destacadas algumas atividades lúdicas que podem ser direcionadas às turmas de terceiro ano, como visto na Figura 6.³⁸³

Figura 6: Jogo da memória de símbolos religiosos

			
Símbolo do Islã	Igreja Messiânica Mundial	Símbolo do Islã	Igreja Messiânica Mundial
			
Símbolo do Budismo	Símbolo do Xintoísmo	Símbolo do Budismo	Símbolo do Xintoísmo
			
Símbolo do Cristianismo	Símbolo do Taoísmo	Símbolo do Cristianismo	Símbolo do Taoísmo
			
Símbolo do Hinduísmo	Símbolo do Judaísmo	Símbolo do Hinduísmo	Símbolo do Judaísmo

Fonte: Silva (2012).

No caso das turmas de 4º ano do Ensino Fundamental, a criança vai ampliando sua compreensão em relação às questões mais profundas. Nesse diapasão, são apresentados novos conteúdos, onde a criança aprende mais sobre as diversas religiões, doutrinas, bem como, palavras positivas capazes de melhorar o convívio social. Através disso, fica demonstrada a variedade de religiões existentes do mundo inteiro, como se fosse uma base para aquele público infantil, que lidará melhor com questões relacionadas à tolerância religiosa no futuro,

³⁸² BRASIL, 2017.

³⁸³ DANTAS, 2019, p. 01-04.

e ainda, terá suporte para decidir qual caminho religioso irá seguir, fazendo valer, portando, a laicidade estatal presente neste país.³⁸⁴

Cabe ao educador fazer uso de palavras-chaves que envolvam os alunos, influenciando a manutenção de seu aprendizado, sem, contudo, influenciar nas suas escolhas e crenças religiosas. Dessa forma, o professor pode iniciar as atividades por meio de interpretações de textos que envolvem a educação religiosa. Tal contexto pode ainda ajudar a criança na melhoria de sua leitura.

Ainda dentro do contexto de ensinamento religioso, as escolas dão continuidade ao aprendizado no 5º ano do Ensino Fundamental, aprofundando os estudos relacionados ao amor, à justiça, obediência, respeito aos pais, educadores e outros. Nessa fase há uma maior predominância dos textos com narrativas religiosas, mitos, interpretação de texto e exigência mais acentuada para que a criança aprenda novas palavras, o que pode ser visto nas Figuras 07.³⁸⁵

Figura 7: Dominó dos líderes religiosos



Fonte: Silva (2012).

O uso de textos para interpretação de Ensino Religioso não se limita a ajudar os alunos a promoverem um melhor entendimento da vida, divindades, a sociedade e tudo o mais

³⁸⁴ DANTAS, 2019, p. 01-04.

³⁸⁵ DANTAS, 2019, p. 01-04.

que se encontra no seu entorno. Aliás, esses textos possuem também a capacidade de auxiliar na leitura, interpretação e escrita do idioma brasileiro, além de desenvolver o pensamento crítico. Mais algumas atividades envolvendo a interpretação de texto de cunho religiosos podem ser vistos nas Figuras 08.³⁸⁶

Figura 8: Exercícios com interpretação de texto de Ensino Religioso

ATIVIDADE

Leia o texto a seguir, e depois crie uma história em quadrinhos onde pessoas de diferentes religiões se acolhem e se ajudam mutuamente.

UMA BOA NOTÍCIA

"A boa notícia é que, bem pertinho da capital do Brasil, numa vila de pouco mais de mil moradores, chamada Área Alfa, católicos e evangélicos dividem o mesmo templo.

No princípio, a Capela Sagrado Coração de Jesus e Maria era só dos católicos. Os evangélicos faziam seus cultos numa pequena casa desocupada, mas tiveram que abandoná-la. Ficaram sem templo. Mas por pouco tempo.

Logo, a fé dos evangélicos acabou acolhida pela capela dos católicos. Há três anos, todo domingo é assim: primeiro vem a missa, e os católicos rezam; terminada a missa, é a hora do culto, e os evangélicos oram, no mesmo lugar onde antes se celebrara a missa. Mas e as imagens dos santos católicos, que tantas manifestações de intolerância têm causado? Ah, os evangélicos recolhem cuidadosamente as imagens do Sagrado Coração de Jesus, Imaculada Conceição de Maria, Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora do Rosário, guardam com todo cuidado num quartinho, e começam o culto.

Os católicos dizem que compartilhar o mesmo teto com os evangélicos deu um bom fruto do diálogo religioso, e que todos são cristãos, e que o templo é de todos. Os evangélicos agradecem - e contam: quando os católicos têm problemas, pedem aos evangélicos que orem por eles; e os católicos retribuem, rezando pelos evangélicos."

Fonte: Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2004)

Outra opção de atividade a ser trabalhada com alunos do 5º ano, é o Exemplo da Árvore, vista na Figura 09. A referida atividade possui a capacidade de exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. Tal competência aborda o desenvolvimento social da criança e do jovem, propondo posturas e atitudes que devem ter em relação ao outro. Fala da

³⁸⁶ DANTAS, 2019, p. 01-04.

necessidade de compreender, de ser solidário, de dialogar e de colaborar com todos, respeitando a diversidade social, econômica, política e cultural.³⁸⁷

Figura 9: Atividade da Árvore

Nome Data: ___/___/___

Essa é sua árvore. Ela precisa ser regada de bons sentimentos, valores e atitudes para que você seja capaz de praticar a empatia. Como você tem cuidado de sua árvore? Que valores tem cultivado? Escreva nos corações.

Fonte: Espaço do professor (2020).

O referido material possui a capacidade, não de doutrinar os alunos, mas também de adquirir conceitos e informações históricas. Na atividade em questão é necessário que os alunos sejam capazes de desenvolver a valorização da diversidade, buscando meios para conseguirem reconhecer, valorizar e participar de grupos, redes e ambientes culturalmente diversos. Nesse sentido a prática lúdica pode atuar de maneira fundamental a partir da movimentação do corpo, melhoria no relacionamento entre os alunos ao proporcionar maiores condições de interação, absorção mais prazerosa de variados conhecimentos que inicialmente apresentavam-se desinteressantes, dentre outros benefícios, abrindo assim maiores condições

³⁸⁷ PORTAL EDUCA MAIS. *Caderno de Atividades Escolares*. 2019, p. 02. Disponível em: <<https://www.portaleducamais.com/>>. Acesso em: 18 de jul. 2020.

para a promoção da experiência de respeito das alteridades, ou seja, minimizando o impacto pela distinção que rodeia cada indivíduo.

Os estudantes necessitam saber interagir e aprender com outras culturas e combater o preconceito. Busca-se ainda o desenvolvimento da alteridade, ou seja, reconhecimento do outro. Para tanto é necessário que sejam capazes de compreender a emoção dos outros e o impacto de seu comportamento nos demais, abrindo mão de interesses pessoais para resolver conflitos que ameaçam as necessidades dos outros e que demandam conciliação.³⁸⁸

Outro ponto a ser trabalhado é o acolhimento da perspectiva do outro, compreendendo as situações a partir do ponto de vista alheio, levando-se em consideração ideias e sentimentos dos outros nas suas atitudes e decisões. No mesmo foco, busca-se o desenvolvimento do diálogo e convivência, a partir da utilização de diferentes formas de diálogo para promover o entendimento entre pessoas. Devendo ainda ser desenvolvida a colaboração e a mediação de conflitos, identificando causas de conflitos e exercitando maneiras eficazes de resolvê-los em diversas situações interpessoais, escolares e sociais.³⁸⁹

Nesse contexto, confirma-se a relevância do uso de atividades lúdicas na sala de aula, contribuindo no aprendizado dos alunos, permitindo que estes aprendam não apenas os conteúdos, mas também atitudes e valores fundamentais à vida em sociedade. Destaca-se assim, a pertinência da utilização do lúdico como instrumento estabelecido da aprendizagem na disciplina de Ensino Religioso, em decorrência da relação natural entre religião e ludicidade. O educador é facilitador dessa aprendizagem, sendo necessário que atue de forma prudente na escolha das atividades, uma vez que elas o principal instrumento que viabilizará essa ponte entre o aluno e a religião, viabilizando um processo de aprendizagem prazeroso e viável por meio do lúdico, devendo ainda estar atento para que não adentre em crenças e demais concepções enraizadas em seus alunos.

³⁸⁸ PORTAL EDUCA MAIS. 2019, p. 02.

³⁸⁹ PORTAL EDUCA MAIS. 2019, p. 02.

CONCLUSÃO

O presente trabalho pretendeu apresentar a importância do lúdico na disciplina do Ensino Religioso. Nesse contexto abordou-se a etimologia do termo lúdico, sendo possível afirmar que este se encontra presente desde os primórdios da humanidade e, de acordo com as evoluções sociais e tecnológicas, alcançou importância na sociedade e, entre as crianças, que são capazes de encontrar nessas atividades uma maneira de se inter-relacionar com o outro.

Para tanto foi possível perceber o quanto é importante o desenvolvimento de técnicas lúdicas, ou seja, técnicas prazerosas para que assim o alunado possa fazer parte diretamente do ensino-aprendizagem. A partir das pesquisas realizadas tornou-se evidente que a partir do uso de metodologias inovadoras e prazerosas, os discentes sentem-se parte integrante da aprendizagem.

É possível constatar que os docentes do Ensino Religioso vivenciam a necessidade de tornar as suas aulas mais atraentes, dinâmicas e extrovertidas, todavia, é importante que os educadores sejam adequadamente qualificados para o desempenho de suas atividades. Dessa forma, o lúdico tem a sua parcela de colaboração muito instigante no que se refere à metodologia da prática da disciplina de Ensino Religioso.

No que diz respeito à relação de um Estado com as religiões nele existentes, ele pode ser classificado de forma distinta, como um Estado laico, ou um Estado religioso. Contudo, é importante ressaltar que o conceito de Estado laico não deve ser confundido com Estado ateu, tendo em vista que o ateísmo e demais manifestações de “não crença” também se incluem no direito à liberdade religiosa. No conceito de liberdade religiosa, consta inclusa a liberdade de ter ou não ter uma crença. Assim sendo, confundir Estado laico com Estado ateu é privilegiar essa crença (ou não crença) em detrimento das demais.

O Estado laico deve garantir o Ensino Religioso no âmbito das escolas públicas, por meio de ações positivas, em nome da missão integral da educação, em nome da dimensão positiva da liberdade de recebimento de Ensino Religioso e em nome do igual exercício dos direitos fundamentais por parte de seus cidadãos. Outrossim, deve garantir o ensino de todas as religiões, de acordo com a demanda dos alunos, e não apenas o ensino de Informação Legislativa de determinadas convicções religiosas. Esse ensino deve ainda ser ministrado sob a responsabilidade das diversas confissões religiosas e não sob a responsabilidade do próprio Estado.

A partir da implementação da atividade lúdica, torna-se possível a expressão do agir e interagir, sendo atribuída à ação do lúdico na aprendizagem infantil. Nesse contexto nota-se

que o indivíduo adulto também é capaz de se beneficiar com as atividades lúdicas, proporcionando maior prazer ao processo de ensino/aprendizagem do Ensino religioso. Dessa forma, destaca-se a relevância da utilização de atividades lúdicas na sala de aula, contribuindo estas para que os alunos aprendam desde conteúdos importantes até atitudes e valores necessários à vida em sociedade.

É oportuno destacar a necessidade de conhecer para respeitar, especialmente, quando trata-se das diferentes formas de religião existentes no mundo. No cenário contemporâneo vivem-se momentos preocupantes no âmbito religioso, rodeados pelo desrespeito, pelo desconhecimento e preconceitos relacionados às mais variadas tradições religiosas. Apresenta-se desafiadora a proposta que almeja levar o educando a irromper barreiras, estudar e pesquisar o *diferente*. Diante desse contexto foram apresentados sugestões e exemplos de atividades realizadas por meio dos jogos capazes de proporcionar momentos de descontração, aprendizado e dinamismo nas aulas de Ensino Religioso.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória, cujo objetivo foi a junção de dados pesquisados e a observação do diálogo dos principais autores que abordam a temática, buscou-se não apenas tentar compreender determinadas questões relacionadas à importância do lúdico nas atividades escolares, mas também compreender a religião como experiência lúdica, com enfoque na implementação do lúdico no Ensino Religioso. Diante da complexidade que envolve essa temática, acreditou-se que esse trabalho deveria buscar também condições de levantar, ao máximo possível, tais questões.

Destacou-se ainda a importância do uso do lúdico como mecanismo estabelecido de aprendizagem, na disciplina de Ensino Religioso, possibilitando aos alunos a promoção de conceitos éticos e morais importantes na sua formação cidadã. O docente é o facilitador dessa aprendizagem e precisa ser prudente ao escolher as atividades, visto que não se pode utilizar o lúdico sem que ele tenha um objetivo educativo.

O lúdico encontra-se ligado intimamente à religião, visto que esta tende a atuar como um sonho da mente humana, por meio da qual é possível ver as coisas reais no fascinante esplendor da imaginação e do capricho, ao invés de o fazer sob a luz mortífera da realidade e da necessidade. Nessa ótica, a consciência religiosa é uma expressão da imaginação. É possível que indivíduos que têm grande afinidade pela religião se choquem com a referida ideia, visto ser comum na linguagem cotidiana, a utilização do termo imaginação como sinônimo de ilusão.

Nesse sentido, destaca-se a viabilidade do uso de instrumentos pedagógicos que possibilitam o uso do lúdico nas aulas de Ensino Religioso, visto ser relevante reconhecer que

a ludicidade é uma instrumento que dá base para a imaginação, sendo esta a forma mais fundamental de operação da consciência humana. Os animais não possuem imaginação, logo nunca foram capazes de produzir qualquer arte, profetas ou valores. Sendo assim, também jamais puderam produzir religião. Não sendo possível negar que a consciência humana seja movida pela imaginação. Estando a religião, assim como a fé diretamente relacionados ao poder da imaginação, uma vez que a imaginação é a faculdade que corresponde aos sentimentos pessoais, pois coloca de lado todos os limites, todas as leis que são dolorosas para o sentimento, e assim torna objetiva, para o homem, a satisfação imediata, absoluta e ilimitada de todos os seus desejos subjetivos.

As atividades lúdicas, ainda que não se limitem à uma prática pedagógica e não tenham sido inventadas pela pedagogia, tendem a atuar de forma direta na promoção de aprendizagem e desenvolvimento de quem as pratica, ou encontra-se exposto a tais atividades. A referida aprendizagem, realizada de maneira divertida é uma necessidade do ser humano em todas as idades, permitindo, o uso do lúdico, que haja melhoria na aprendizagem do Ensino Religioso, a partir de jogos, atividades divertidas, o que vem sendo propagada há várias décadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. R. *Práticas lúdicas: linha de transmissão intergeracional da cultura comunitária do assentamento recreio*. 2015. 163f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015.
- ALMEIDA, Paulo Nunes de. *Educação lúdica técnicas e Jogos Pedagógicos*. São Paulo: Loyola, 1995.
- ALVES, R. *O Enigma da Religião*. 5. ed. Campinas: Papirus, 2006.
- _____. *O que é religião?* Coleção Primeiros Passos. Abril Cultural, 1984.
- ANDRADE, O. G; SANCHES, G. M. M. B. Aprendendo com o Lúdico. In: O DESAFIO DAS LETRAS, 2., 2004, Rolândia, Anais...Rolândia: FACCAR, 2005.
- ANTUNES, Celso. *Jogos para estimulação das múltiplas inteligências*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- APAZ, M. F. *A relação entre o aprender e o brincar: uma perspectiva psicopedagógica*. 2012, p. 7. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7061890-A-relacao-entre-o-aprender-e-o-brincar-uma-perspectiva-psicopedagogica.html>>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BARBOSA, L. M. R. *Igreja, Estado e Educação em Martinho Lutero: uma análise das origens do direito à educação*. 2007. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BARROSO, O. A Arte e a Cultura na Construção da Reforma Agrária. Fortaleza: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, 2005.
- BEMVENUTI, A. (Org). *O Lúdico na prática pedagógica*. Curitiba: Ibepex, 2013.
- BENJAMIN, W. *Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Summus, 1984.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.
- BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal, 1988, p. 37. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.
- BRASIL. Constituição (1824). Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Rio de Janeiro: 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 25 out. 2019.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692, de 11 de agosto de 1971. 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

_____. *Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997*. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 9 jan. 2019.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32621-cne-sintese-das-diretrizes-curriculares-da-educacao-basica-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 20 dez. 2019.

BROUÈRE, G. *Jogo e educação*. Tradução: Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Artes médicas, 1998.

BRÜSEKE, F. O sagrado na modernidade técnica. *Cadernos de pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas*. Florianópolis, v. 6, n. 70, p. 16, 2005.

BURKE, P. *A arte da conversação*. São Paulo: Universal Estadual Paulista, 1995.

CAETANO, Maria Cristina. *O ensino religioso e a formação de seus professores: dificuldades e perspectivas*. 2007. 389 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*, São Paulo: Unesp, 1999.

CANDAU, V. M. *A didática em questão*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARDOSO, R. C. T. *Jogar para Aprender Língua Estrangeira na Escola*. 1996. 165 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP, Campinas, 1996.

CASSEB, S. A. *Ensino Religioso: Legislação e seus desdobramentos nas salas de aula do Brasil*. In: FÓRUM MUNDIAL DE TEOLOGIA E LIBERTAÇÃO, III, Belém, 2009.

CORBALÁN, F. *Juegos matemáticos para secundaria y bachillerato*. Madrid: Síntesis, 1994.

CUNHA, C. B. O ensino religioso na escola pública e suas implicações em desenvolver o senso de respeito e tolerância dos alunos em relação aos outros e a si próprios. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p.164-181, 2011.

CURY, C. R. J. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 27, 2004.

DANTAS, H. Brincar e Trabalhar. In: KISHIMOTO, T. M. (org). *Brincar e suas teorias*. São Paulo: Pioneira, 1998.

DINIZ, D.; LIONÇO, T. Educação e Laicidade. In: DINIZ, D.; LIONÇO, T.; CARRIÃO, (Orgs.). *Laicidade e ensino religioso no Brasil*. Brasília: UNESCO: Letras Livres: EdUnB, 2010.

DURAND, G. A imaginação simbólica. In GOMES, E. S. L. *Um baú de símbolos na sala de aula*. São Paulo: Paulinas, 2013.

DURKHEIM, E. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FERREIRA, I. V. A religião como necessidade social. *Revista Cogitationes*, Juiz de Fora, v. III, n. 7, 2012.

FIGUEIRA, E. *O ensino religioso e a educação humanista numa era secular*. 2012. p. 13. Disponível em <<https://pdfs.semanticscholar.org/d731/5949df93a9b662388fad3eed152720624364.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

FREINET, Célestin. *A educação do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GASSNER, J. *Mestres do Teatro I*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GIACOPINI, B. E.; BASSI, L. Reggio Emília: uma experiência inspiradora. *Revista Criança do Professor de Educação Infantil*. Brasília: SEB/MEC, 2007. Disponível em: <http://www.oei.es/noticias/IMG/pdf/revista_crianca43.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2020.

GOMES, E. S. L. *Um baú de símbolos na sala de aula*. São Paulo: Paulinas, 2013.

GUERREIRO, S. *Novos movimentos religiosos: o quadro brasileiro*. São Paulo: Paulinas, 2006.

HEFNER, Philip. A religião no contexto da cultura, teologia e ética global. *Revista de Estudos da Religião*, n. 2, p. 68-82, 2007.

HERCULANO, A. *História da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*. 9. ed. eBookLibris, 2009.

HOORNAERT, E. *Origens do cristianismo*. São Paulo: Paulus, 2016.

HORELLOU-LAFARGE, C. *Sociologia da leitura*. Cotia: Ateliê Editorial, 2010.

KISHIMOTO, T. M. *Jogo, brinquedo, Brincadeira e a educação*. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

_____. *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning, 2002.

LAFER, C. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hanna Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LIBÂNIO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1991.

LINHENHRD, M. *Matim Lutero: tempo, vida e mensagem*. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas- Ética: fundamentos; oração. Sexualidade, educação e economia v. 5.* São Leopoldo: Comissão Interluterana de Literatura Sinodal, 1995.

LUTERO, M. *Obras seleccionas, volume 7.* São Leopoldo: Comissão Interluterana de Literatura Sinodal, 2000.

MALAQUIAS, S. M.; RIBEIRO, S. S. *A Importância do Lúdico no Processo de Ensino-Aprendizagem no Desenvolvimento da Infância.* Psicologado, [S.l.]. 2013.

MANTILLA, R. S. R. *Arquitetura – Jogo – Percepção: a casa como elemento lúdico.* 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em Design e Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011.

MELO, R. P. *Um olhar sobre a disciplina Ensino Religioso na Rede Pública de ensino brasileiro a partir de seus aspectos jurídicos de formação e estabelecimento.* 2015. Disponível em: <<https://itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/t184.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

MAKIYAMA, M. T. *O ensino religioso.* São Paulo, 2009.

MARCOS, W. R. *Modelos de Ensino Religioso: contribuições das ciências da religião para a superação da confessionalidade.* 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MONROE, P. A reforma, a contra-reforma e o conceito religioso de educação. In: _____. *História da educação.* São Paulo. Companhia Nacional, 1968.

MONTESORI, M. *A criança.* São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

NERY, José Israel. O ensino religioso escolar no Brasil no contexto da história e das leis. *Revista de Educação da AEC*, Brasília, v. 2, n. 88, p.7-20, jul.-set. 1993.

OLIVEIRA, E. T. *Ensino Religioso: fundamentos epistemológicos.* Curitiba: IBPEX, 2009.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: *Ensino Religioso.* Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

PARRA, C.; SAIZ, I. *Reflexões Psicopedagógicas.* Porto Alegre: Artes Médicas, Secretaria de Educação, MCBA, 1996.

PAULY, Evaldo Luís. O dilema epistemológico do ensino religioso. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 27, p. 32-35, 2004.

PEREIRA, J. C. *O poder simbólico da religião. A dialética da exclusão e inclusão nos espaços sagrados da igreja católica na região metropolitana de São Paulo.* Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo

PERINI, J. C. *Dom Bosco e os jogos.* São Paulo: D.B, 2012.

PIAGET, *Psicologia e Pedagogia.* 2. ed. Editora: Forense, 1972.

PIAZZA, W. *Religiões da humanidade.* São Paulo: Loyola, 1997.

PIRES, M. *A Religião e o Estado Laico*. 2015. Disponível em: <<https://mauriciopiresadvogado.jusbrasil.com.br/artigos/167709988/a-religiao-e-o-estado-laico>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

RAU, M. C. T. D. *A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica*. Curitiba: Ibepex, 2007.

RICHTER, André. *STF promove debate sobre ensino religioso nas escolas públicas*. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-06/stf-promove-debate-sobre-ensino-religioso-em-escolas-publicas>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

SALOMÃO, H. A. S.; MARTINI, M. *A importância do lúdico na Educação Infantil: enfocando a brincadeira e as situações de ensino não direcionado*. 2007. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0358.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2010.

SANT'ANNA, A.; NASCIMENTO, P. R. A história do lúdico na educação. *REVEMAT*, Florianópolis, v. 06, n. 2, p. 19-36. 2011.

SANTIAGO, A. Teatro-Educação e ludicidade: novas perspectivas em educação. *Revista científica*, v. 9, n. 8, p. 95-108, 2004.

SANTOMAURO, B.; ANDRADE, L. O que não pode faltar. *Revista Nova Escola*. Ano XXIII, n. 217, p. 45, 2008.

SANTOS, E. C. *Dimensão lúdica e arquitetura: o exemplo de uma escola de educação infantil na cidade de Uberlândia*. 2011. 363 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, S. M. P.; CRUZ, D.R.M. *O lúdico na formação do educador*. In: SANTOS, Santa Marli Pires (Org.). *O lúdico na formação do educador*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, F. S. O pensamento medieval visto pelo teatro: todo mundo – um ancestral representante do embate entre o bem e o mal. *Revista Eletrônica do Grupo PET*. São Paulo, v. 2. n. 2, p. 1, 2006.

SANTOS, C. C. S.; COSTA, L. F. A prática educativa lúdica: uma ferramenta facilitadora na aprendizagem na educação infantil. *Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET.*, São Paulo, n. 10, p. 74-89, 2015.

SANTOS, J. C. N. *Ensino Religioso: metodologias lúdicas na práxis pedagógica em sala de aula*. In: CONGRESSO NORDESTINO DE CIÊNCIAS DA RELIGIÃO E TEOLOGIA, III, Recife, 2016.

SANTOS, M. S. *Religião e demanda: o fenômeno religioso em escolas públicas*. 2016. 237 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SANTOMAURO, B.; ANDRADE, L. O que não pode faltar. *Revista Nova Escola*. Ano XXIII, n. 217, 2008.

SILVA, Brígida Karina Liechocki Nogueira. *O lúdico no Ensino religioso*. In: II Joint - Escola de Educação e Humanidades - PUCPR. Jornada Interdisciplinar de Pesquisa em Teologia e Humanidades. 2012, p. 166-122.

SILVA, E. M. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para cidadania. *Revista de Estudos da Religião* v. 2, p. 1-14, 2004.

SILVA, M. B. *Em busca do significado do ser professor de ensino religioso*. João Pessoa: Universitária UFPB, 2011.

SOTTOMAIOR, D. *O Estado laico*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

STRÔNGOLI, M. T. Q. G.; COUTO, E. K. N. N. Religião: entre a sociedade e o imaginário. *Revista de história*. João Pessoa, v. 1, n. 30, p. 249-267, 2014.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). *STF conclui julgamento sobre ensino religioso nas escolas públicas*. 2017, p. 1. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=357099>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

TEIXEIRA, C. E. J. *A Ludicidade na Escola*. São Paulo: Loyola, 1995.

TEIXEIRA, S. R. de O. *Jogos, brinquedos, brincadeiras e brinquedoteca: implicações no processo de aprendizagem e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

VIDOR, H. *Drama e teatralidade: o ensino do teatro na escola*. Porto Alegre: Mediação, 2010.

VYGOSTKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WITTIZORECKI, E. S. Aspectos históricos e etimológicos do jogo. Curitiba: Ibepex, 2009.